

O ENSINO DAS ARTES CÉNICAS

Sines . Escola de Teatro

DISSERTATION

Estudo morfológico da cidade de Penafiel

Mestrado Integrado em Arquitetura

Projeto Final de Arquitetura - 2015/2016

Rafael Alexandre Pinto Ferreira - 64349

I Vertente Prática

O Ensino das Artes Cénicas

Grupo de trabalho:

Micaela Raposo | Rafael Ferreira

Parte Individual

Sines - Escola de Teatro

Tutor

Pedro Viana Botelho - Professor auxiliar convidado do ISCTE-IUL

II Vertente Teórica

Laboratório de Tecnologias de Arquitetura

Dissertação

Estudo morfológico da cidade de Penafiel

Orientadora

Maria Teresa Marques Madeira da Silva

Todas as figuras presentes neste trabalho são da autoria do grupo ou do autor, excepto quando indicado o contrário

Lisboa - outubro 2016

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo apoio que sempre me prestaram, especialmente aos meus pais.

À Ana Raquel Bettencourt por me ajudar em todos os momentos necessários.

À minha colega de grupo, Micaela Raposo.

Aos professores Teresa Madeira da Silva e Pedro Botelho por acompanharem o meu trabalho ao longo deste ano.

A todos os funcionários do Arquivo da Camara de Penafiel, com um especial carinho à senhora Cecília.

À Camara de Penafiel por me facultar a documentação digital.

E aos meus amigos por me apoiarem ao longo de vários anos em todos os momentos.

ÍNDICE GERAL

PARTE I Vertente Prática

- 1 Introdução
- 2 Evolução da Cidade
- 3 Análise da Cidade
- 4 Proposta de Intervenção
- 5 Projeto Individual

PARTE II Vertente Teórica

- 1 Introdução
- 2 Visão internacional da cidade
- 3 A Cidade Portuguesa
- 4 Penafiel
- 5 Eixos estruturantes da cidade
- 6 Referências Bibliográficas

Anexos

PARTE I

Vertente Prática

Trabalho Prático submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura

O ENSINO DAS ARTES CÉNICAS

Sines . Escola de Teatro

I Vertente Prática
O Ensino das Artes Cénicas
Sines - Escola de Teatro

Grupo de trabalho:
Micaela Raposo | Rafael Ferreira
Parte Individual
Sines - Escola de Teatro

Tutor
Pedro Viana Botelho - Professor auxiliar convidado do ISCTE-IUL

PARTE I Vertente Prática

1 Introdução	14
Localização de Sines	
2 Evolução da Cidade	18
Enquadramento Histórico	
3 Análise da Cidade	22
Análise SWOT	
4 Proposta de Intervenção	28
5 Projeto Individual	
5.1 Terreno de Intervenção	37
5.2 Programa	39
5.3 Memória Descritiva	41
5.4 Desenhos	46



introdução



Há-de flutuar uma cidade no crepúsculo da vida
 Pensava eu... como seriam felizes as mulheres
 À beira mar debruçadas para a luz caiada
 Remendando o pano das velas espiando o mar
 E a longitude do amor embarcado

Por vezes
 Uma gaivota pousava nas águas
 Outras era o sol que cegava
 E um dardo de sangue alastrava pelo linho da noite
 Os dias lentíssimos... sem ninguém

E nunca me disseram o nome daquele oceano
 Esperei sentada à porta... dantes escrevia cartas
 Punha-me a olhar a risca de mar ao fundo da rua
 Assim envelheci... acreditando que algum homem ao passar
 se espantasse com a minha solidão

(anos mais tarde, recordo agora, cresceu-me uma pérola no coração.
 mas estou só, muito só, não tenho a quem a deixar.)

Um dia houve
 Que nunca mais avistei cidades crepusculares
 E os barcos deixaram de fazer escala à minha porta
 Inclino-me de novo para o pano deste século
 Recomeço a bordar ou a dormir
 tanto faz
 Sempre tive dúvidas que alguma vez me visite a felicidade

*Poema "Há-de flutuar uma cidade", de Al Berto Pidwell Tavares
 (<http://poesiaparaninguem.blogspot.pt/2006/07/de-sines-al-berto.html>)*

1 Introdução

Este é um trabalho para Projeto Final de Arquitetura, que consiste em abordar a cidade de Sines de forma a perceber as necessidades da cidade, trazendo ideias que resolvam os problemas que surgem ao longo dos anos. A cidade surge como tema com o concurso da Trienal de Arquitetura de Lisboa, que convidou várias universidades do país a participar, pretendendo que os alunos identifiquem os problemas de Sines e os tentem solucionar.

Para a requalificação da cidade é necessário perceber os espaços públicos, assim como a relação entre eles. Sines teve e tem um crescimento condicionado pelo porto, surgindo assim a intenção de requalificar a cidade e mostrar que para além de cidade portuária também tem capacidades para ser mais. Com isto, não há uma abordagem concreta sobre uma parte da cidade, mas sim um vasto leque de questões que cada grupo deve interpretar de forma melhorar a cidade.

Localização de Sines

Sines é uma cidade do distrito de Setúbal, sede do Município de Sines, pertencente à sub-região do Alentejo Litoral. Esta é limitada a poente pelo Oceano Atlântico, a norte e este por Santiago do Cacém e no litoral-Sul pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. A cidade conta com uma área de 203.30 Km², com um total de 14 238 habitantes, segundo contagens do ano 2011.



Figura 2 Mapa de Portugal, com o distrito de Setúbal assinalado a cinzento e Sines a amarelo.



evolução da cidade

2 Evolução da Cidade

Enquadramento Histórico

No século XIII, quando Afonso III conquista a cidade, Sines passa a ser administrada pela Ordem de Santiago, dando-se assim a sua fundação. Mais tarde, no reinado de D. Pedro I, por ordem do mesmo Sines é promovida a Vila, ficando com a tarefa de defender a costa marítima. Com isto, Sines houve a necessidade de contruir um Castelo e fortaleza na cidade. Passados dois séculos, a região sofre algumas alterações por ordem de D. João II dividindo e criando novos concelhos na cidade. Nesta altura Sines adquire a configuração geográfica que ainda hoje se mantém inalterada.

Com a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, continuam os medos de invasões marítimas na cidade. Com isto dá-se o aparecimento de novas fortificações devido ao crescimento do comércio marítimo. Alguns dos fortes construídos foram: o Forte Revelim e o Forte na falésia do Pessegueiro que ainda hoje se encontra intacto. Em 1834, com o liberalismo a Ordem de Santiago sai da cidade.

No ano de 1914 surge a necessidade de restaurar o município e Sines pouco ou nada investia em outras atividades para além da indústria de pesca, cortiça e agricultura. Sendo assim todo o poder económico da cidade vinha destas três indústrias. Por isso, com o início da II Guerra Mundial e até a década de 70, Sines fica estagnada no crescimento e com alguns problemas económicos. Com a conclusão da II Guerra Mundial na década de 70 e com o apoio do governo de Marcelo Caetano, Sines torna-se alvo de um grande investimento portuário e industrial dire-



Figura 3 Planta da Vila de Sines, Século XVII. ("Ler a Paisagem, Um passeio por Sines, guiado pelos seus escritores" - Museu de Sines)

cionado para a transformação de matérias-primas do sector de energia. Da conclusão até à inauguração do porto passaram vários anos. Entre 1972 e 1981 a população de Sines sofre um crescimento de 92%, trazendo pessoas de toda a parte do país, assim como refugiados das antigas colónias africanas. Esta população vem para a cidade para trabalhar na zona portuária.

Desde de 1990 até hoje, tenta-se que o porto de Sines tenha uma ligação comercial com a cidade.



Figura 4 Pescadores em Sines, 1919. (http://1.bp.blogspot.com/_vX9jVjvLqY/TBAhFSp5M-I/AAAAAAAAABok/QWlrlbcliv8/s1600/ilustr%C3%A7%C3%A3o+portuguesa+6+outubro+1919+-+C%C3%B3pia+-+C%C3%B3pia.jpg)



análise da cidade

Análise SWOT

Contexto urbano e territorial

Sines situa-se no litoral sudoeste de Portugal. Tem um dos maiores portos de mercadorias e distribuição das mesmas pelo país. O porto da cidade é responsável pelo desenvolvimento da mesma. A sua área industrial condiciona o planeamento da cidade tal como o seu crescimento [Figura 10]. Contudo o porto pode ser um grande benefício económico de Sines, mas devido à sua dimensão é-lhe retirada grande parte da frente marítima, restando apenas a pequena praia Vasco da Gama, delimitada entre o porto de recreio e o porto de pesca [Figura 11].

Suporte físico natural e envolvente

Sines situa-se num planalto, sobre uma falésia de difícil acesso, que termina numa baía a sul [Figura 12]. Devido a este posicionamento geográfico a cidade encontra-se num local com vista privilegiada. Com uma frente marítima voltada a sul, a baía recebe correntes quentes do Golfo tornando-se um espaço propício a banhos de qualidade.



Figura 10 Vista aérea de Sines.
(<http://revistabusinessportugal.pt/wp-content/uploads/2015/05/Porto-de-Sines-720x340.jpg>
 \ <http://revistabusinessportugal.pt/a-dimensao-do-porto-de-sines-traduz-se-em-factos/>)



Figura 11 Porto de Sines.



Figura 12 Planalto da cidade de Sines.

Acessibilidade

A cidade carece de alguns meios de mobilidade. O primeiro caminho registado ligava Sines ao interior alentejano era uma perfeita reta que passava por um grande rossio, marcando a entrada na cidade. Ainda hoje esse caminho é perceptível na Rua Francisco Luís Lopes [Figura 13], intersectada pelo Bairro 1º de Maio. O pavimento da antiga Rua Direita estava constantemente danificado por ser o principal eixo por onde passavam as carroças de transporte de mercadorias. Desta forma foi criada uma avenida para facilitar esse transporte, preservando a Rua Direita. Atualmente a forma mais rápida de chegar a Sines é pela Autoestrada A26 que delimita o lado norte da cidade ligando-se à marginal. Sines tinha duas linhas férreas, uma para mercadorias que ainda hoje funciona e outra dedicada ao transporte de passageiros que se encontra inutilizada e abandonada [Figura 14]. O porto de Sines serve exclusivamente movimentações de mercadorias, não havendo espaço nem condições para embarcações de passageiros.



Figura 13 Rua Francisco Luís Lopes.



Figura 14 Vestígios dos caminhos de ferro.

Construído e Não Construído

Sines apresenta três grandes problemas ao nível da sua malha urbana: Apesar de rehabilitada, a frente marítima de Sines encontra-se sem vida, sendo isto uma potencialidade. A norte da cidade, a autoestrada A26 é uma barreira à sua expansão. E por último o centro histórico pouco consolidado, que contém muitas construções abandonadas e terrenos baldios [Figura 15].



Figura 15 Construções abandonadas.

Construído e Não Construído

Sines apresenta três grandes problemas ao nível da sua malha urbana: Apesar de rehabilitada, a frente marítima de Sines encontra-se sem vida, sendo isto uma potencialidade. A norte da cidade, a autoestrada A26 é uma barreira à sua expansão. E por último o centro histórico pouco consolidado, que contém muitas construções abandonadas e terrenos baldios [Figura 15].

Funções e Atividades

Sines detém uma grande variedade de património turístico como o Museu de Sines, edifícios religiosos, a muralha do antigo castelo, centro cultural e o Centro das Artes de Sines (CAS). Devido à sua forte relação com o mar, além das atividades piscatórias, Sines promove atividades marítimas como o projeto “mar de Sines”, que pretende chamar pessoas a experimentar e apreciar aquilo que o mar oferece ao nível desportivo, cultural e gastronómico.

A música é uma arte bem explorada na cidade. Em julho realiza-se o Festival da Música do Mundo [Figura 16], que é o evento cultural mais importante de Sines. Este festival conta com a participação dos alunos da Escola de Música de Sines.



Figura 16 Festival de Música do Mundo. (<https://secure.flickr.com/photos/retorta/14756456474/in/album-72157645559728710/>)



proposta de intervenção



Figura 17 Pontos de Arte. Assinalado a amarelo todos os pontos de interesse relacionados com Arte na cidade.

4 Proposta de Intervenção

4.1 Requalificação de Sines

Sines é uma cidade claramente marcada pela sua faceta industrial. Um estudo mais aprofundado sobre esta cidade leva-nos a conhecer a sua outra faceta: a Arte, que se manifesta através da poesia, pintura, musica etc. Al Berto e Emmerico Nunes eram artistas membros da família Pidwell (família de referência na cidade), Al Berto era um poeta e Emmerico Nunes era um artista de banda desenhada, que casou com a filha de Frank Pidwell. Foi construído em sua honra, o centro cultural Emmérico Nunes [Figura 18] e em Agosto de 2005, Sines recebeu um novo equipamento relacionado com a arte: o Centro das artes de Sines [Figura 19].

O Museu de Sines [Figura 20] foi inaugurado em Novembro de 2008, após um trabalho de recuperação dos edifícios interiores da área do Castelo. Ainda em 2008, a Câmara Municipal inaugurou no edifício da antiga estação de caminhos de ferro [Figura 21], a Escola das Artes de Sines [Figura 22] que atualmente é gerida pela Associação Pró-artes desde Setembro de 2008, o que lhe garante o estatuto de escola oficial financiada pelo Ministério da Educação, e está inserida e articulada com o agrupamento de escolas do Alentejo litoral.

Com isto, Sines constitui o único município com ensino artístico oficial. A música foi a primeira área a avançar, oferecendo ensino desde os 4 anos de idade, ensino básico e secundário, e adultos. A escola pretende estabelecer protocolos que permitam o ensino superior universitário.



Figura 18 Centro Cultural Emmérico Nunes. (http://i1.trekearth.com/photos/47708/010_te.jpg)



Figura 19 Centro Cdas artes de Sines. (<http://planbuildmanage.biz/~quintaci/wp-content/uploads/2010/01/CentroArtes-001-01.jpg>)



Figura 20 Museu de Sines. (http://www.sines.pt/thumbs/uploads/writer_file/image/223/V_Mus_Museu_e_espacos_1_980_2500.jpg)

Em 2013, a escola comemora 5 anos de existência, com a inauguração das novas instalações no edifício da Câmara Velha, reabilitado no âmbito do programa da regeneração urbana de Sines, mantendo-se o edifício da estação como apoio. A inauguração foi durante o festival da música do mundo, em Julho de 2013, ano em que se iniciou na escola das artes de Sines, a área da dança. A escola pretende abranger outras áreas artísticas, nomeadamente o teatro e as artes plásticas.



Figura 21 Antiga estação de caminhos de ferro. (http://1.bp.blogspot.com/-qGUwJwuowF8/Tx8ORNB6hpl/AAAAAAAAACu/p3kgQHIQTDg/s1600/IMG_1858.JPG)

Na inauguração das novas instalações, destaca-se a frase do presidente da câmara: “É fundamental continuar este projeto e enriquecê-lo, para que o Alentejo litoral tenha uma boa rede de ensino artístico”.

Neste sentido, o grupo resolveu debruçar-se sobre esta temática das artes, propondo uma estratégia [Figura 23] que abrange os seguintes pontos:

- Dar continuidade ao ensino artístico em Sines, expandindo-o às restantes artes performativas: Teatro e Dança;
- Manter a escola da música no edifício atual, e criar outros dois pólos para dar instalações adequadas ao ensino especializado de dança e teatro;



Figura 22 Escola das Artes de Sines.

- Criar uma rede articulada de ensino, permitindo a parceria entre as três escolas de ensino artístico (música, teatro e dança) e o Centro das Artes de Sines. Esta parceria tem o objetivo de auxiliar o ensino artístico, nomeadamente com a disponibilização de espaços como a biblioteca e o grande auditório;

- Preencher o traçado da cidade, revivendo e expandindo o antigo caminho da procissão [Figura 24], conferindo-lhe um carácter artístico, de forma a dar continuidade a uma sequência de pontos relacionados com a arte.



Figura 23 Rede articulada de ensino Artístico.

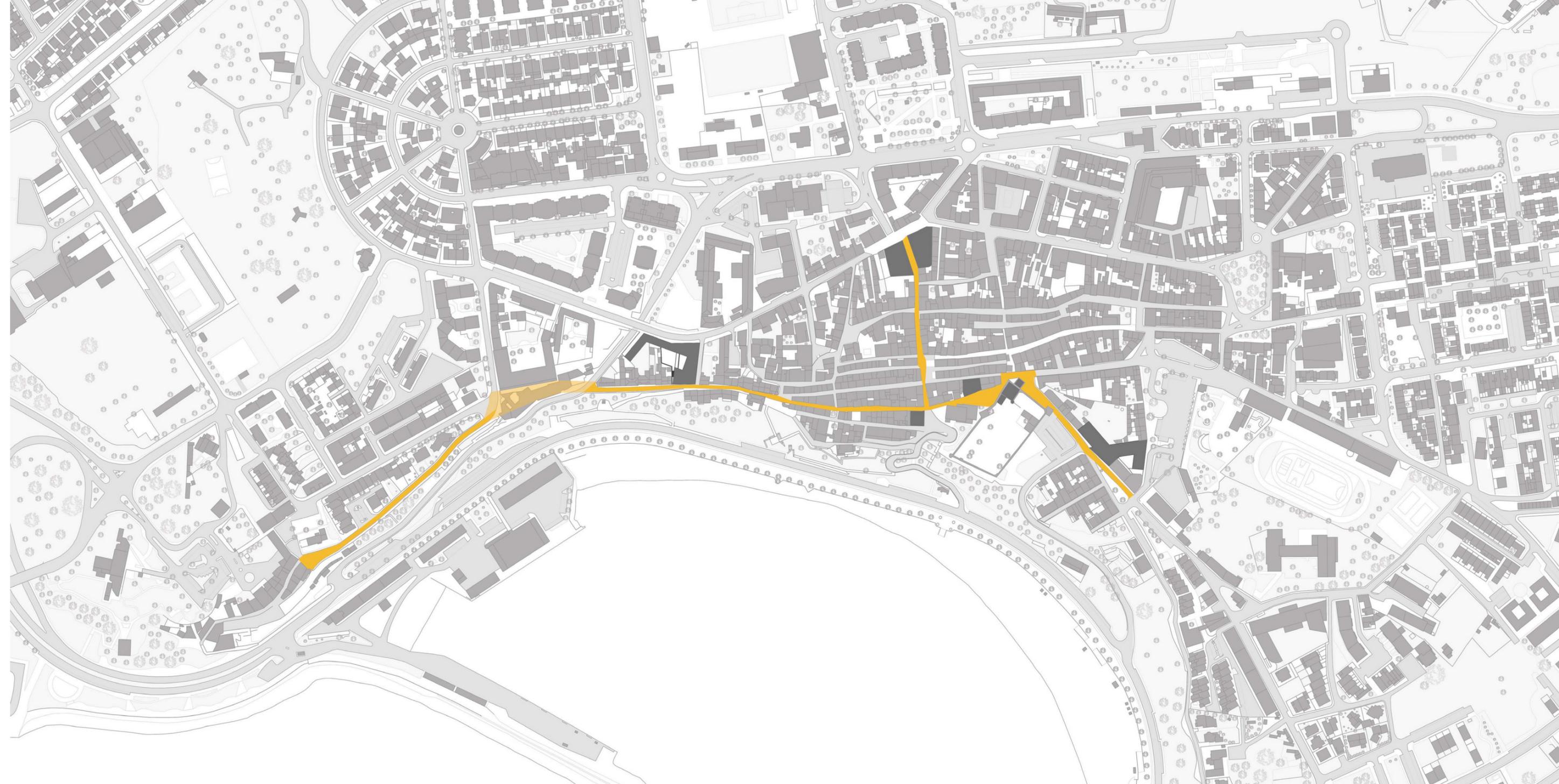


Figura 24 Antigo caminho da procissão adaptado às Artes.



projeto individual



Figura 25 Ortofotomapa com marcação do quarteirão da escola de teatro

5.1 Terreno de Intervenção

Esta intervenção pretende criar uma “rede artística”, adaptando o percurso da antiga procissão para um percurso que liga os vários pontos artísticos na zona histórica, rematando o percurso com dois equipamentos, a escola de teatro a poente e a de dança a nascente.

Com esta intervenção procurou-se requalificar quarteirões vazios ou em elevado estado de degradação. O quarteirão onde a escola de teatro vai implantar sofreu uma destruição considerável no alçado norte, quando se decide criar a nova rua Júdice Fialho para facilitar a mobilidade rodoviária.

Desta forma a escola de teatro instala-se no quarteirão da “Casa Vasco da Gama” tentando responder aos seus prolemas, nomeadamente o limite norte que foi devastado com o surgimento da rua Judice Fialho e à interrupção do comércio de rua que existe ao longo da rua que é interrompido no quarteirão devido ao elevado estado de degradação do mesmo.



Figura 24 Estudio "black box" - Hattiloo Theatre / archimania
<http://www.archdaily.com/623851/hattiloo-theatre-archimania/553bc93e58ece-736600007f-hattiloo-theatre-archimania-photo>



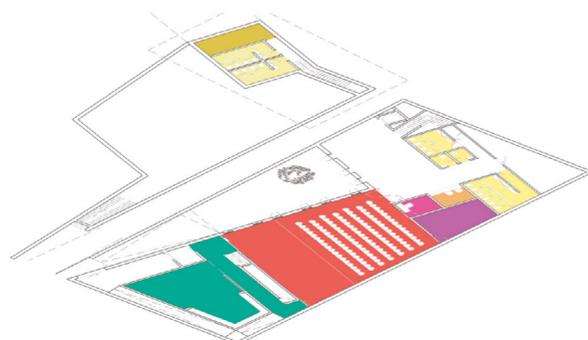
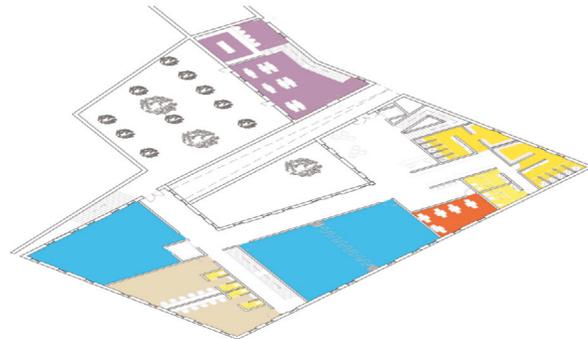
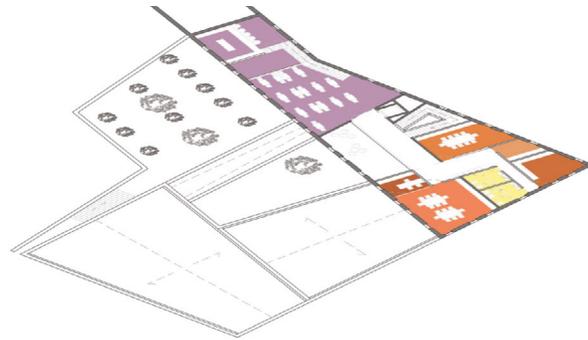
Figura 25 Estudio "black box" - In Inpetus escola de actores

5.2 Programa

A escolha deste programa deve-se à inauguração da escola das artes de Sines em 2008 e posteriormente com a expansão em 2013 indo ocupar o espaço que antes pertencia à Câmara Velha junto ao castelo. No dia da inauguração o presidente salienta o interesse de continuar o projecto referente as artes em sines.

Portanto é neste sentido que o que surge a escola de teatro em parceria com a de dança e de música criando uma rede artística de qualidade para a cidade. O equipamento foi projectado para requalificar a frente norte do quarteirão que liga a área histórica com a área nova da cidade, a parte norte foi pensado para continuar com o comércio de rua que era interrompido naquele quarteirão, devido à degradação do lote.

A escola foi projectada para ter a capacidade de lecionar uma média de 100 alunos de diversas faixas etárias, assim como conter um espaço polivalente para diversos fins com capacidade para 100 lugares sentados.



- Sala de Reuniões
- Arrumos
- Arquivo
- Sala de Professores
- Gabinete do Director
- Bar
- Balneários
- Secretaria
- Camarins
- Estúdio
- Armazém Bar
- W.C's
- Recepção
- Deposito
- Regi
- Área Polivalente
- Cenografia

5.1 Memória Descritiva

Situado no limite poente da zona histórica, mais propriamente num lote onde a cidade nova e a antiga quase que se tocam e onde se encontra um dos primeiros pontos de acesso à praia, foi o local escolhido para implantar outro ponto artístico na cidade.

Este espaço outrora foi um lote bem conciliado bem delimitado na sua dimensão contudo com o crescimento da cidade e com a necessidade de impedir que os pesados passassem pelas ruas tortuosas da malha histórica houve a necessidade de criar uma rua mais larga que facilitasse a circulação das mercadorias. Esta intenção fez com que a frente rua mais a norte do quarteirão tivesse que ser demolida para passar a via.

Desta forma os moradores deste lote foram desapropriados e os muros que dividiam as propriedades foram quase todos destruídos ou reorientados. O que levou a construções ilegais (barracas) que se apropriaram dos espaços não utilizados ou de espaços vazios entre os muros e a nova rua, para agravar a situação com o passar dos anos as casas começaram a se degradar e em alguns casos a ruir.

Portanto, a escola de teatro surge com o intuito de reconstruir novas frentes rua. Uma frente rua para uma cidade nova mais moderna e uma outra frente rua para uma cidade tradicional e histórica fechando o quarteirão.

Levando em consideração estes aspectos o edifício vive para o interior do quarteirão criando dois pátios divididos por uma passagem ao centro que marca a entrada da escola, assim como, liga os dois opostos.

O interior do edifício pode ser dividido em camadas a primeira camada (piso 0) destina-se ao público, ou seja, neste piso podemos encontrar a área polivalente e apoios onde poderão ser realizados espectáculos ou exposições várias para a escola divulgar os seus trabalhos, adjacente à área polivalente encontrasse a oficina de cenografia de acesso restrito ao público.

As instalações destinadas à parte Pedagógica é realizada no piso superior (piso 1) a circulação neste piso é feita sempre ao redor dos pátios um pouco à semelhanças dos antigos mosteiros, os estudos estão distribuídos ao longo desse corredor e a área pode variar conforme a tipologia da aula, se será uma aula de teatro mais clássico ou se uma aula de teatro contemporâneo, ou seja, os estudos foram projectados para ter flexibilidade de espaço a partir de umas paredes pivotantes de forma a criar dois estudos mais pequenos ou um estudio maior.

No último piso (piso 2) situa-se toda a parte administrativa da escola, constituída pela sala de professores, de reuniões, gabinete do director e um pequeno arquivo.

Como apoio à escola temos ainda um bar\restaurante totalmente autónomo, o mesmo é constituído, no piso1 (piso de entrada), por um balcão com copa numa cota mais alta e uma sala de refeições com acesso directo ao pátio podendo expandir-se livremente se necessário, o piso 2 é composto por uma segunda sala com acesso a partir da administração da escola, ou não, podendo fechar essa ligação quando necessário. O bar tem ainda um piso enterrado onde se encontram os W.C's e um armazém de apoio à copa.





Planta de implantação



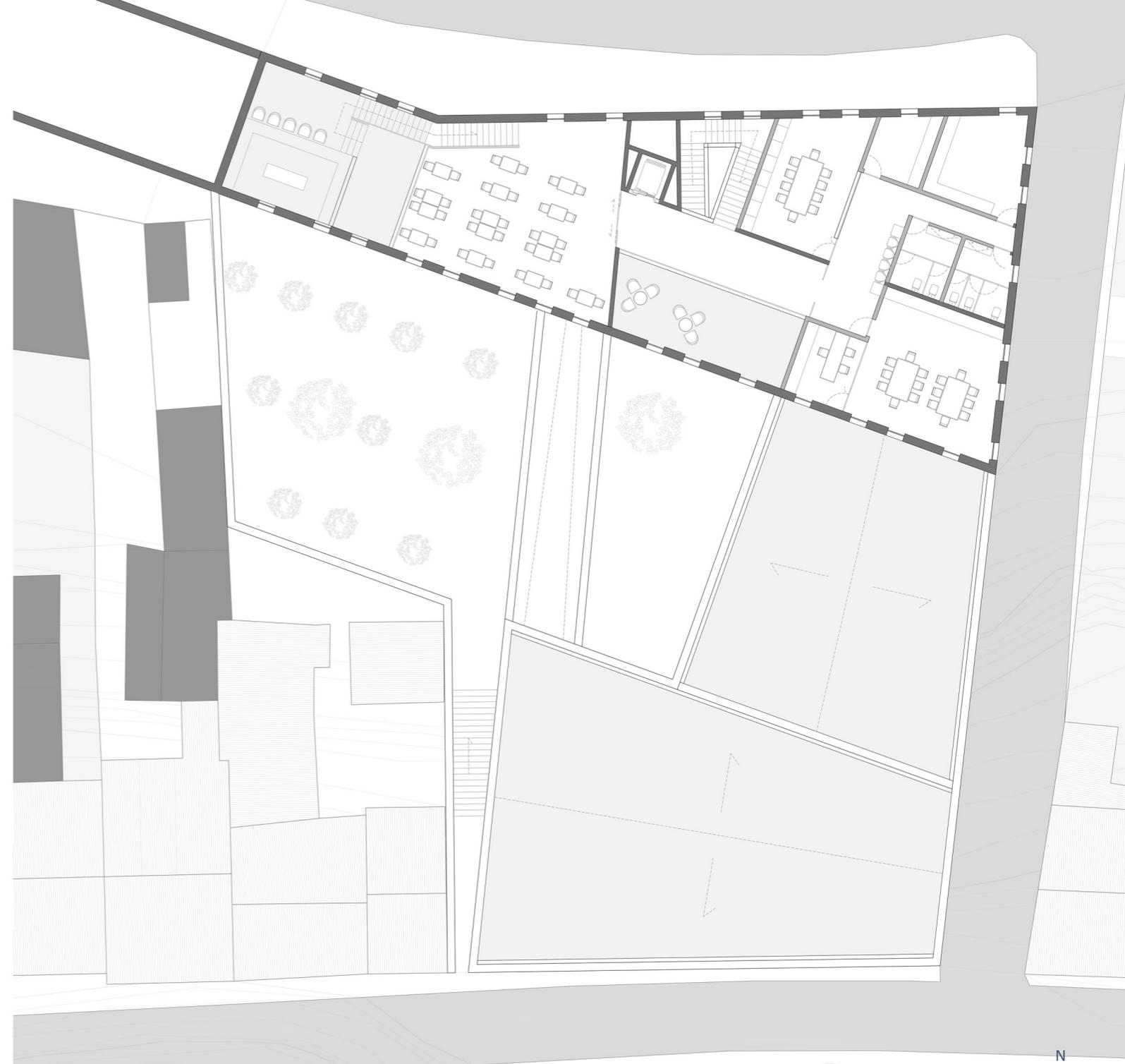
Planta Piso 0



Planta Piso 1



Planta Piso 2

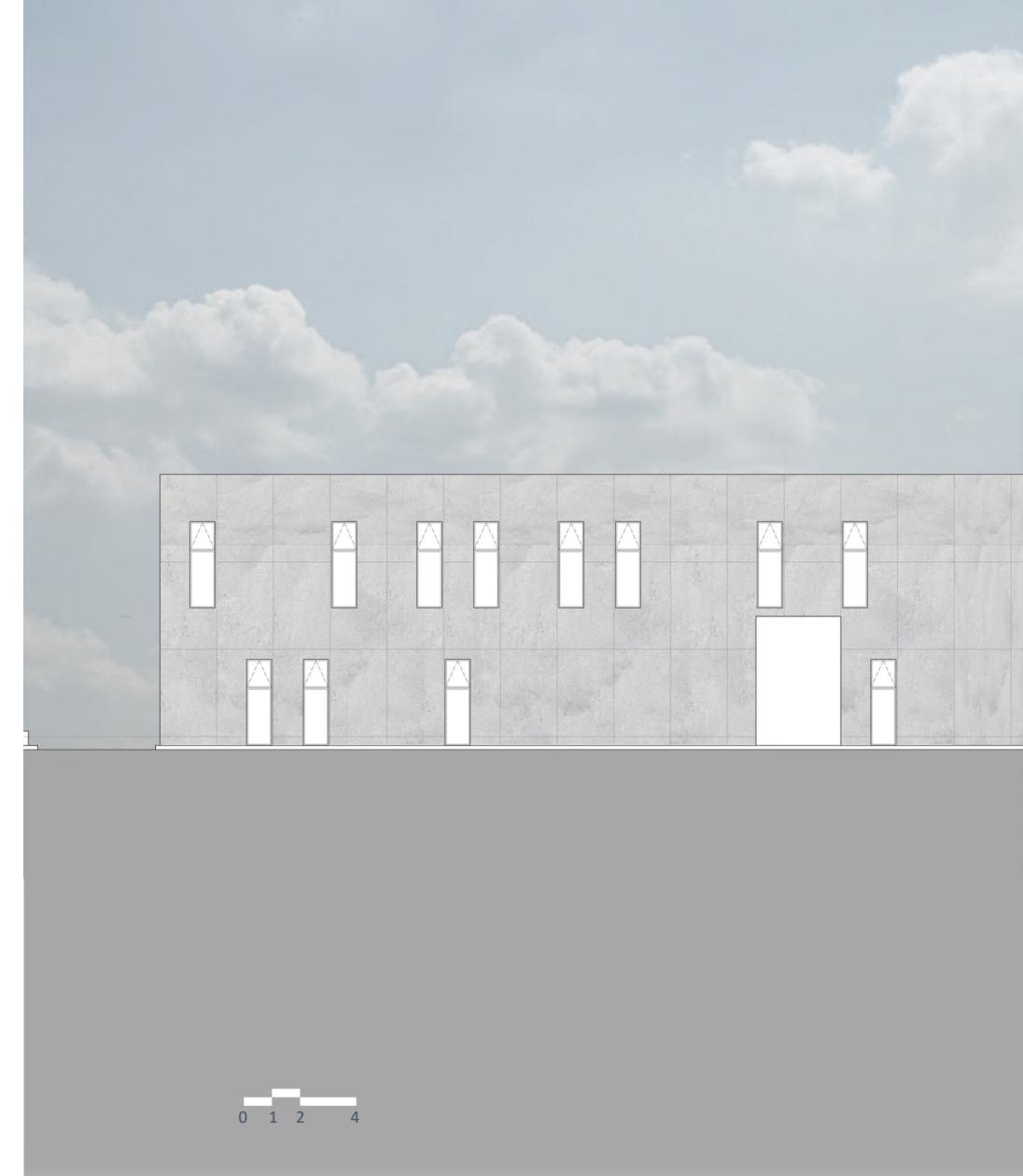




Alçado Sul

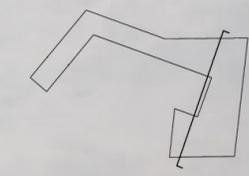


Alçado Norte



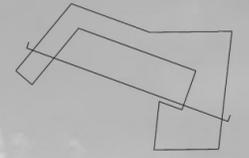
Alçado Nascente





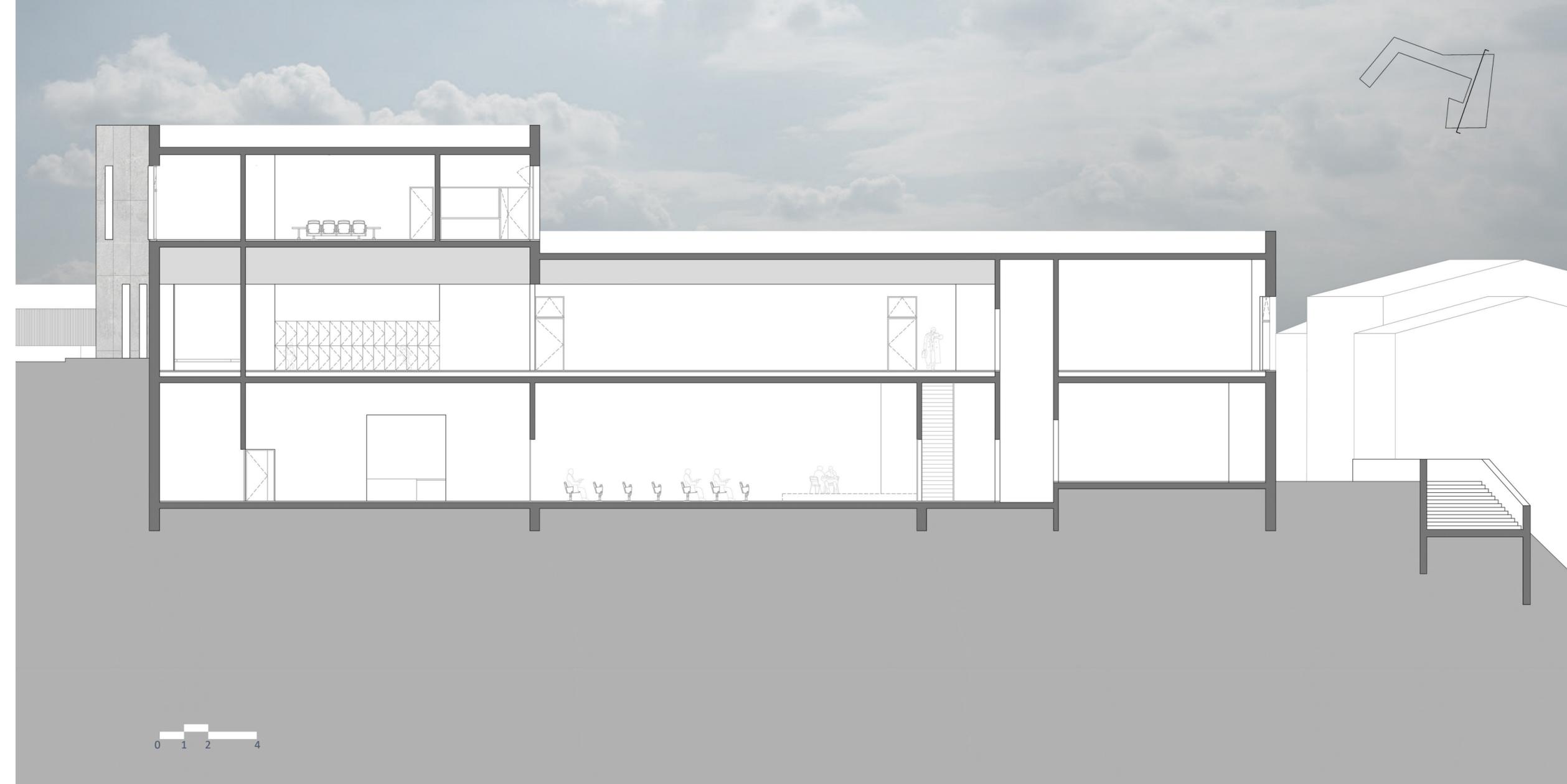
Corte A





Corte B





Corte C



PARTE II
Vertente Teórica

Trabalho Prático submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura

ESTUDO MORFOLÓGICO DA CIDADE DE PENAFIEL

I Vertente Teórica
Estudo morfológico da cidade de Penafiel

Orientadora:
Prof^ª. Doutora Arqt^ª. Maria Teresa Marques Madeira da Silva

PARTE II Vertente Teórica

1 Introdução	76		
Objectivos e estrutura do ensaio	76		
Metodologia utilizada	78		
Autores e Fontes	78		
2 Visão internacional da cidade – novos olhares sobre a cidade tradicional no séc. XX	82		
Kevin Lynch	82		
Gorden Cullen	84		
Rob Kier	86		
Aldo Rossi	87		
Conclusão	88		
3 A cidade Portuguesa	92		
Herança Pré-Muçulmana	94		
Herança Muçulmana	97		
Herança Cristã	104		
A Cidade Medieval	106		
Fundação	106		
Tecido urbano medieval	108		
O lote e o quarteirão Medieval	113		
A rua e os espaços amplos	115		
		Limites e acessos à cidade – Muralhas e Portas	117
		Conclusão	122
		4 Introdução – Penafiel	128
		Géneses	129
		Cartografia	137
		Elementos urbanos marcantes	139
		Evolução do traçado urbano	140
		Loco (S. Martinho de Mozares)	142
		Villa (Arrifana de Sousa)	145
		Civita (Penafiel)	149
		5 Eixos estruturantes da cidade	156
		Matriz – Misericórdia	156
		Sistema Y	160
		Conclusão	168
		6 Referencias bibliográficas	174
		Bibliografia	174
		Índice de figuras	179
		Anexos	186

Resumo

O objectivo deste trabalho é desenvolver um novo olhar sobre a morfologia urbana da cidade de Penafiel. Portanto o tema foca-se no estudo morfológico das cidades medievais portuguesas, como caso de estudo a cidade de Penafiel, dando-a a conhecer como exemplo de cidade linear. Penafiel surge como caso de estudo por algumas características interessantes, que a cidade apresenta morfologicamente, na evolução ao longo dos tempos, assim como o peso histórico regional. Portanto o estudo tenta abranger todo o desenvolvimento da cidade desde lugar até a actualidade, com principal foco no século XVIII, século que remete à ascensão do aglomerado de vila a cidade, até ao ano de 2015. Desta forma necessitou-se de interpretar visões de diversos autores tanto internacionais como nacionais para se perceber o que era a “linearidade” que Penafiel transmitia no tecido. O desejo que complementar os estudos até então realizados sobre o aglomerado é um dos objectivos.

Podemos dizer que todo o trabalho é fruto do uso de dois elementos chaves, o primeiro é a visão ou observação que consiste na leitura da cidade como um todo e perceber os elementos primários que a levaram á forma actual, o segundo elemento é a interpretação, que advém da comparação das ligações provenientes da visão com estudos já realizados por outros autores referentes ao estudo morfológico das cidades.

Palavras-chaves:

Morfologia Urbana; Penafiel; Arrifana de Sousa; Cidade; Cidade Medieval.

Abstract

The aim of this work is to develop a new perspective on the urban morphology of the city of Penafiel. So the theme focuses on the morphological study of Portuguese medieval cities, as a case study the city of Penafiel, making it known as an example of linear city.

Penafiel emerges as a case study for some interesting features, which the city has morphologically, the evolution over time, as well as regional historical weight. Therefore the study attempts to cover the entire development of the city from place to the present, with a primary focus in the eighteenth century, the century that refers to the rise of the village cluster of the city by the year 2015. In this way needed to interpret visions several authors both international and national to realize what was the "linearity" that Penafiel transmitted into the tissue. The desire to supplement the hitherto studies on the cluster is one of the objectives. We can say that all the work is the result of the use of two key elements, the first is the vision or observation that is in the city of reading as a whole and realize the primary elements that led you present form, the second element is the interpretation, that comes from comparison of the links from the vision with studies by other authors for the morphological study of cities.

Keywords:

Urban Morphology; Penafiel; Arrifana de Sousa; City; Medieval city.



introdução

1 Introdução

1.1 Objectivos e estrutura do ensaio

O tema que vou defender enquadra-se no estudo morfológico das cidades de carácter linear português e centra-se no estudo da cidade de Penafiel. O ensaio surge como complemento à vertente prática de PFA (Projecto Final de Arquitectura) no último ano do curso de arquitectura leccionado no ISCTE-IUL e é orientado pela prof^a. Arqt^a. Maria Teresa Marques Madeira da Silva.

Ao longo da minha aprendizagem o urbanismo e os elementos urbanos, desde a avenida à travessa, passando pelos quarteirões e praças, foram temas que me suscitaram bastante interesse. A malha urbana conta o passado, desde a sua génese até à actualidade.

A cidade é um elemento bastante estudado por inúmeros investigadores dos quais obrigo-me a enumerar, ao nível internacional, Aldo Rossi com “A arquitectura e a cidade” (1997) e “autobiografia científica” (1998), Kevin Lynch com “A imagem da cidade” (1996) e Gordon Cullen com “Paisagem Urbana” (1996), mas não menos importantes ao nível nacional temos Teresa Barata Salgueiro com “A cidade em Portugal” (1992), Manuel C. Teixeira com “O urbanismo português” (1998), Walter Rossa com “A cidade Portuguesa” (1995), Jorge Gaspar com “Estudo geográfico de aglomerações urbanas em Portugal Continental” (1975) e também Oliveira Marques com “Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa” (1988). Estes autores retractam e expressam a ideia de cidade de forma única e destinta, contudo complementares entre si.

“Se me fosse pedido para definir o conceito de paisagem urbana, diria que um edifício é arquitectura, já dois seriam paisagem urbana, porque a relação entre dois edifícios próximos é suficiente para libertar a arte da paisagem urbana”¹

Posto isto, pretendo debruçar-me sobre a morfologia da cidade de Penafiel. A escolha da cidade nortenha surge do facto e a mesma ter alguma carga histórica regional, o que me despertou curiosidade pela evolução do tecido urbano e também pela falta de estudos sobre as suas características.

Portanto o principal objectivo da investigação manifesta-se num estudo morfológico da cidade de Penafiel desde a sua classificação a cidade no século XVIII até à actualidade. Este estudo vai auxiliar-se numa interpretação de cidade ao nível nacional e internacional, uma vez que o estudo pretende destacar um conjunto de características comuns às cidades com a mesma morfologia, ou seja, às cidades medievais do tipo linear.

O ensaio divide-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem como referência a “metodologia utilizada”, “autores e fontes”. O capítulo II e III foca-se nas visões internacionais e nacionais das cidades medievais respectivamente. O capítulo IV aborda o “estudo morfológico da cidade de Penafiel” a um nível mais exaustivo. E por último, uma “conclusão” onde saliento os resultados a que se chegou.

¹ Cullen, Gordon (1996), Paisagem Urbana, Lisboa, p.18

1.2 Metodologia utilizada

A metodologia aplicada consiste principalmente numa recolha bibliográfica e cartográfica da cidade de Penafiel. A absorção e aplicação de conhecimentos de outras investigações realizadas até à data sobre o tema são utilizadas como ponto de partida em toda a investigação.

Referente aos capítulos II e III a metodologia utilizada baseia-se numa recolha bibliográfica existente das várias visões e interpretações das cidades em geral, assim como a consulta e observação de cartografia antiga. A unificação destes elementos foram essenciais para a realização destes dois capítulos assim como para a análise futura do caso de estudo.

O capítulo IV tornou-se um dos capítulos mais difíceis de realizar visto que são poucas as referências, tanto ao nível, bibliográfico, quer ao nível cartográfico, portanto, para atingir este fim, recolheu-se todos os elementos possíveis que de alguma forma pudessem orientar para uma possível evolução do traço urbano destas urbanizações, e posteriormente posiciona-lo no quadro das tipologias urbanas.

1.3 Autores e Fontes

As fontes utilizadas neste ensaio consistem principalmente em referências bibliográficas de autores que, de alguma forma, directamente ou indirectamente já iniciaram estudos sobre morfologias urbanas, em documentação base, fundamental para a investigação, assim como uma análise in loco do objecto de estudo. A observação in loco passa pelo levantamento fotográfico, dos elementos urbanos de maior relevância da

cidade, assim como pelo registo cartográfico resultante de uma análise cartográfica histórica.

No capítulo II e III, “Visão internacional da cidade” e “A cidade Portuguesa”, respectivamente, toda a informação baseia-se em bibliografia de autores que já se debruçaram em estudos deste tipo. Destes estudos as principais fontes são ao nível internacional, Kevin Lynch, Gordon Cullen, Rob Kier e Aldo Rossi autores, que no século XX olharam de forma especial para a cidade tradicional, já ao nível nacional destacam-se Teresa Barata Salgueiro, Manuel C. Teixeira, Walter Rossa, José Gaspar, Oliveira Marques entre outros.

O quarto capítulo, “Penafiel” visa uma interpretação da evolução histórica da cidade, com auxílio a documentação histórica, mas sempre com uma intenção cronológica da cidade de forma a criar uma leitura constante e coerente, neste sentido, divide-se o capítulo em duas partes, uma primeira parte agregada à génese do povoado, às características geográficas e elementos urbanos que a caracterizam, posteriormente na segunda parte foca-se a evolução, ou seja, de como era Penafiel enquanto “lugar” até atingir o estatuto de “cidade”, com a mesma intenção cronológica. As fontes utilizadas neste capítulo são principalmente Teresa Soeiro (1993) e Pedro Graveto (2000).



Visão Internacional da cidade

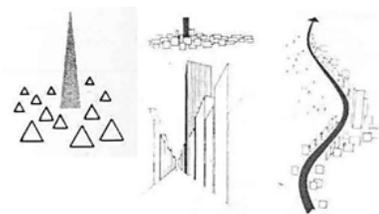


Figura 1 “Pontos e direcções” in Lynch, Kevin (1996), A imagem da Cidade, Lisboa, p. 59,97,109

2 Visão internacional da cidade – novos olhares sobre a cidade tradicional no séc. XX

O caminho a percorrer no espaço urbano proporciona várias leituras da cidade no todo. Rossi, Lynch, Cullen e Kier interpretam este assunto de forma muito própria uma vez que retomam a cidade tradicional. Rossi considera que a cidade é apreciada por partes, “a cidade é vista precisamente através das suas partes”² Contudo, admite que a mesma é uma arquitectura na sua totalidade e que só a união das suas partes é que a tornam numa arquitectura. A cidade expressa-se através de factores, dependendo dos espaços e funções, esses factores estão completamente ligados aos fundamentos da cidade.

2.1 Kevin Lynch

Kevin Lynch, por outro lado, utiliza o método de observação como principal meio de justificação para a evolução urbana e aponta elementos, que define como primordiais, para o desenho urbano.

Afirma que a evolução e a forma das urbanizações estão para além, da capacidade do homem, considera que a qualidade visual é o que define o crescimento e tal qualidade visual guia-se por dois critérios: a clareza e a legibilidade.

Segundo este autor, a legibilidade pode ser definida pela imagem mental, ou seja, pela qualidade espacial retida pelo indivíduo, a qual facilita a leitura da estrutura da cidade. Atendendo a este facto a legibilidade poderia ser usada como uma ferramenta de reconstrução da cidade caso necessário.



Figura 2 Desenhos base usados nas entrevistas para construir os mapas in Lynch, Kevin (1996), A imagem da Cidade, Lisboa, p. 98

² Rossi, Aldo (1977), A Arquitectura da Cidade, Lisboa, p.13

Portanto a tese de Lynch ocorre da capacidade de criarmos a nossa própria imagem mental. Lynch procurou uma forma de comprovar as suas ideias e percebeu que a forma é o ponto de partida para o objectivo que queria chegar, neste sentido ele, estudou os elementos urbanos das cidades, vias, limites, bairros, cruzamentos, e os pontos marcantes na malha, defendendo que podemos criar a ideia de paisagem urbana a partir da clareza dos seus elementos.

O resultado a que Kevin Lynch chegou foi que a imaginabilidade urbana só consegue melhorar a estrutura da cidade, ou seja, torná-la eficaz na interpretação visual, uma vez que “o objectivo final de tal plano não é a forma em si, mas a qualidade de uma imagem mental”³.

³ Lynch, Kevin (1996), A imagem da Cidade, Lisboa, p.130



Figura 3 “Papel chave” realizado pela Scollay Square na cidade de Boston in Lynch, Kevin (1996), A imagem da Cidade, Lisboa, p. 187

2.2 Gordon Cullen

Como referido estes autores completam-se. No caso do presente autor o enfoque principal resulta numa interpretação do impacto visual que os conjuntos de edifícios de uma cidade podem exercer sobre os habitantes. Cullen refere que tal acontece pela relação arquitectónica dos edifícios referindo na introdução da sua principal obra teórica que “o propósito deste livro é mostrar que (...) um conjunto de edifícios adquire um poder de atracção visual a que dificilmente poderá almejar um edifício isolado”⁴.

A visão é um dos principais meios de interpretação do meio urbano, do qual salienta três aspectos, a óptica, o local e o conteúdo. A óptica, também caracterizada por “visão serial” (fig.4), é o que a paisagem urbana expressa ao habitante, o local é referente à percepção do espaço como uma planificação do mesmo e por fim o conteúdo está directamente relacionado com a arquitectura dos edifícios.

“O homem tem em todos os momentos a percepção da sua posição relativa, sente a necessidade de se identificar com o local em que se encontra, e esse sentido de identificação, por outro lado, está ligado à percepção de todo o espaço circundante.”⁵.

Esta etapa na tese do autor manifesta um forte paralelismo com Lynch nomeadamente no que se refere ao conceito de legibilidade como uma qualidade do meio urbano. Tudo está directamente ligado à imagem mental que Lynch defendia, contudo Cullen

⁴ Cullen, Gordon (1996), Paisagem Urbana, Lisboa, p.9

⁵ Idem, ibidem, p.14

acrescenta alguns conceitos novos, como as referências que são dos mais importantes, segundo o autor. Este novo conceito permite defender particularidades na malha urbana e dar-lhe continuidade se necessário.

Assim, refere:

“A chave para o nosso conceito actual de paisagem urbana reside num argumento simples mas surpreendente que nos diz que os vários componentes da paisagem não podem ser dissociados”⁶.

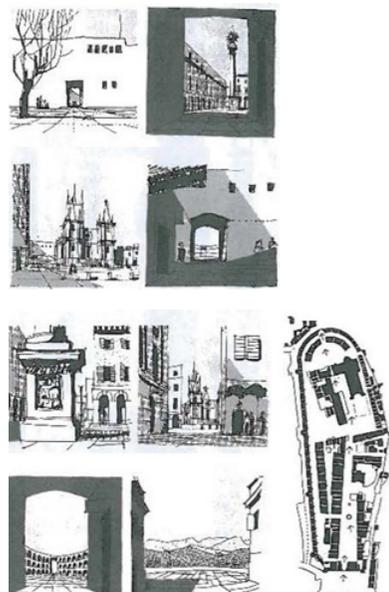


Figura 4 “visão serial” in Cullen, Gordon (1996), Paisagem Urbana, Lisboa, p.19

⁶ Idem, ibidem, p.191

2.3 Rob Kier

Rob Kier considera que as cidades modernas perderam a visão de legibilidade e continuidade, que tanto Lynch como Cullen defendiam, perderam o que diagnosticou de visão tradicional da cidade e nesse sentido a percepção do espaço também sofreu mudanças.

Apresenta, na temática da arte e no conceito de urbano, três elementos que se deviam levar sempre em consideração: a rua, a praça e a função.



Figura 5 **As três formas bases dos espaços urbanos** in Krier, Rob (1991), *Urban Space*, London: Academy Editions, p. 22

A praça surge, normalmente, de três formas bases (fig.5), ladeada de edificações que provém de uma determinada função e a rua surge adjacente, quando o espaço se encontra completamente fechado (fig.6). Obviamente que as povoações construídas com base num percurso que continha uma função forte pode ser equiparada à praça, tudo provem da sua função.

É a função que determina também a hierarquia do espaço. As actividades diferenciam-se em privado ou público, sendo o público sempre, segundo o autor, o que influenciou mais o crescimento das urbanizações.

A escala humana também teve um papel no desenvolvimento, de qualquer cidade, funcionando como uma regra para o desenvolvimento da mesma.

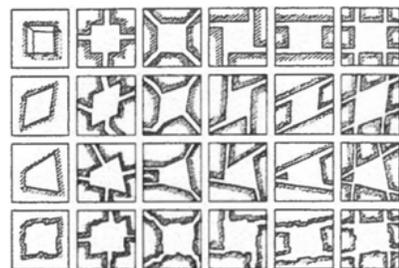


Figura 6 **Variações morfológicas de espaços urbanos** in Krier, Rob (1991), *Urban Space*, London: Academy Editions, p. 30

⁴ Cullen, Gordon (1996), *Paisagem Urbana*, Lisboa, p.9

⁵ Idem, *ibidem*, p.14

2.4 Aldo Rossi

Rossi de alguma forma toca em todos os aspectos que os anteriores autores acharam importantes na comparação das cidades. Aldo Rossi interpreta a cidade como uma peça de arquitectura, refere-se à arquitectura como construção e que as construções fazem surgir a cidade. Lynch também o afirma que “Tal como a obra arquitectónica a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo”⁷.

Segundo Aldo Rossi, as primeiras construções iniciaram-se com a arquitectura e posteriormente com os primeiros traços urbanos. Rossi destaca o local e o tempo como os elementos primários da construção arquitectónica, ao referir que “com o tempo a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória de si própria. Na sua construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade precisa e modifica os motivos do seu desenvolvimento”⁸.

Refere que os pontos de vista no estudo da cidade surgem também dos contrastes entre público e privado, sendo que este contraste nos remete para as ideias de Kier, que acredita que o público sempre teve mais peso no desenvolvimento urbano.

⁷ Lynch, Kevin (1996), *A imagem da Cidade*, Lisboa, p.11

⁸ Rossi, Aldo (1977), *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, p.24

Lynch indica a cidade como um conjunto de imagens colectivas, vê a cidade como uma sobreposição de percepções individuais e na mesma linha de Rossi, refere que a cidade é representada por partes, mas que o todo é o objectivo, o que por sua vez vai de encontro à ideia de Cullen quando refere que:

“(...) paisagem urbana, diria que um edifício é arquitectura, já dois seriam paisagem urbana, porque a relação entre dois edifícios próximos é suficiente para libertar a arte da paisagem urbana”⁹.

2.5 Conclusão

Depois de analisarmos as perspectivas destes autores do século XX face às cidades tradicionais, podemos concluir que cada um foi acrescentando conceitos novos e que quando combinados podemos perceber todos os critérios, ou pontos chaves para uma boa leitura da Cidade.

Todos utilizam a leitura da cidade como o principal meio de justificação da evolução urbana. A legibilidade de Lynch, que é a imagem mental retida pelo individuo, que o autor defende é de certa forma a “visão” que Cullen decompõe em “visão Serial”, Local e conteúdo, ambos chegam à mesma conclusão, sendo que Cullen acrescenta os elementos urbanos ou “referências” como um quarto elemento, que se relacionam, criando a paisagem urbana. Kier reforça a ideia de legibilidade como algo importante para uma cidade, mas acrescenta que a função para a qual a cidade foi pensada tem um peso tão grande quanto a legibilidade e

⁹ Cullen, Gordon (1996), Paisagem Urbana, Lisboa, p.18

que é a função que hierarquiza os espaços da cidade. Por último, Rossi vê a cidade como uma peça arquitectónica e que a mesma surge de um conjunto de construções que delimitam um espaço. Refere igualmente que é o tempo o elemento que cria a cidade e a obriga a crescer sobre si, diferenciando as épocas.

Portanto, podemos dizer que a cidade tradicional surge de uma imagem mental interpretada por um individuo articulada com os elementos urbanos, elementos que se relacionam e direccionam à cidade criando a paisagem urbana. A função surge na hierarquia dos espaços e na dimensão dos mesmos e por último o tempo vai fazer a diferenciação dos vários momentos do crescimento da cidade um exemplo disso é a parte histórica da cidade.



A cidade Portuguesa

3 A cidade Portuguesa

Como citado anteriormente, o objectivo deste trabalho foca-se no estudo morfológico da cidade de Penafiel no contexto urbanístico das cidades portuguesas.

Portanto, o estudo da origem das urbanizações portuguesas tornou-se algo fulcral para a abordagem temática desta investigação. Assim, procedeu-se a uma caracterização da cidade portuguesa, ou seja, a uma enumeração das especificidades urbanísticas portuguesas iniciando-se no estudo medieval até ao renascimento. Delimitou-se entre estes dois períodos, por ser os mais relevantes para o desenvolvimento da cidade de Penafiel.

Como se sabe, a implantação de qualquer povoamento surge de alguma necessidade humana, assim como a reconstrução dos povoamentos face às culturas que a reconquistaram.

É evidente que as reconquistas quanto mais recuadas no tempo mais desvanecido está a cultura original da urbe. Esse desvanecimento é exemplificado cronologicamente por Sérgio Carvalho quando refere que “a implantação celta é mais débil que a influência romana, e esta, por seu turno, menos visível actualmente que a muçulmana”¹⁰.

¹⁰ Carvalho, Sérgio Luís (1989), Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo, Lisboa, p.9

O autor ainda acrescenta que a influência destas culturas em nada é constante ao longo do território nacional “verificando-se uma maior influência muçulmana a sul do que a norte, onde a permanência islâmica foi mais fugaz”¹¹.

Apesar de haver certas semelhanças urbanísticas entre povoamentos, cada povoamento é um caso individual. Contudo, e na linha de Carvalho, tenta-se encontrar tipologias ou padrões de modo a criar um quadro para facilitar o estudo. O que se pretende é encontrar as marcas deixadas pelos povos tanto físicas, o traçado, as ruas, as marcas dos edifícios, etc., como também, os aspectos “filosóficos”, ou seja, o modo como cada cultura encarava a cidade, já que a cidade para os celtas nada tinha a ver com a visão urbana dos romanos.

¹¹ Idem, ibidem, p.9

3.1 Herança Pré-Muçulmana

Segundo Carvalho, só a partir do século II-III A.C com a ocupação romana, despovoando zonas, reabilitando outras, como sucedeu com Conimbriga, os vestígios dos antigos ocupantes foram eliminados ou esquecidos, principalmente, durante a queda do Império Romano do ocidente, no século V; “Tal reciclagem elimina sobremaneira a herança celta ou, para ser mais correto pré-romana”¹². O surgimento da maioria das nossas actuais cidades deriva das antigas vilae ou conhecidas também por granjas romanas, o que abafou mais o legado pré-romano “(...) é igualmente certo que a grande maioria dos nossos povoados deve à sua fundação, não aos castros, mas as vilae (grandes granjas de exploração agrícola) romanas. Da presença pré-romana fica a memória (...)”¹³.

Neste sentido, e segundo o mesmo autor, a ocupação romana alterou tudo, iniciando com o abandono dos castros (povoamento muralhado de alta altitude de carácter defensivo), o que não foi difícil, para o povo romano, devido ao desconforto destas construções, e neste sentido nasceram as vilae. Assim sendo as vilae espalham-se por todo o território nacional, sendo que, mais tarde evoluíram para algumas das nossas atuais urbanizações. Mas nem sempre é “(...) correto encontrar uma correspondência necessariamente imediata e directa entre a vilae e o povoado actual. Veja-se, por exemplo, Conimbriga não corresponde imediatamente a Coimbra, tróia não coincide com Setúbal, Aquae Flouial e Chaves são coisas diferentes”¹⁴.

¹² Idem, ibidem, p.10

¹³ Idem, ibidem, p.10

¹⁴ Idem, ibidem, p.11

Para além destas vilae, há ainda povoaamentos que tiveram como base as plantas de forma regular, de origem dos antigos acampamentos militares. No entanto povoaamentos de origem militares tendem a ter uma planta ortogonal, como o caso de Tomar (fig.7), que ainda na idade média, onde o banal era ruas irregulares, a ligação entre o povoamento e a ordem de cristo era feita por uma rua directa e bem delimitada.



Figura 7 **Tecido urbano da cidade de Tomar** in Salgueiro, Teresa Barata; 1992, A cidade em Portugal - Uma Geografia urbana, Porto, p. 167

Portanto as cidades Romanas tendiam a ter ruas directas e geometrizadas que, vão desaparecendo e mais tarde ressurgem no renascimento e mantêm-se até à actualidade.

Este desaparecimento das ruas directas, deve-se à decrepitude dos povoados romanos, e do surgimento dos povos árabes, transformando a regularidade em algo labiríntico, “já que a grande contribuição para a planta medieval típica na área Ibérica, vem do Norte de África com os Muçulmanos”¹⁵.

¹⁵ Idem, ibidem, p.12

3.2 Herança Muçulmana

Quando no século VIII, mais propriamente em 711, a península Ibérica é invadida pelos muçulmanos num processo que levaria 300 anos, depararam-se com cidades romanas em declínio resultado de uma crise. Como refere Teresa Madeira da Silva:

“(…) Os muçulmanos (…) encontram uma paisagem urbana em decadência, reflexo de uma crise que se ia instalando por toda a Europa devido à queda do Imperio Romano. Esta crise teve como consequências a fuga dos cidadãos para as áreas rurais (mais próximas dos meios de subsistência), e por isso, a decrepitude das cidades existentes, provocada pela destruição das mesmas, era ainda mais notória.”¹⁶

Segundo Walter Rossa, os muçulmanos ao depararem-se com estas urbanizações abandonadas e sendo eles portadores de tradições urbanísticas próprias, apoderaram-se e alteraram inúmeras dessas cidades, contudo sem apagar na sua totalidade as características das pré-existências. Na mesma linha Manuel Teixeira diz que, “a cultura muçulmana vai também introduzir alterações mais ou menos profundas nas estruturas urbanas das cidades que ocupou”¹⁷.

¹⁶ Madeira da Silva, Teresa (1998), Estudo Morfológico da Cidade de São Tome no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa, Vol. I, p.21

¹⁷ Teixeira, Manuel e Margarida Valla (1998), O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil, Lisboa, p.14

Saliente-se que as tradições urbanísticas muçulmanas interpretavam a “cidade” em torno de três princípios fundadores, o princípio defensivo, o climático e o religioso.

O primeiro, como já referido, prende-se com a questão defensiva, daí a existência das muralhas exteriores e interiores, de forma a que a vila beneficiasse de um sistema ecológico rico, ou seja, uma divisão de uma cidade entre “alta”, onde presidiam a classe elevada e a “baixa” onde habitava o povo. Segundo Oliveira Marques a cidade muçulmana “(...) situava-se sempre que possível na falda de um monte, junto ao mar ou a um rio, com distinção nítida entre a aristocrática cidade alta (...) e a cidade baixa, alargando-se pela encosta, onde vivia a plebe.”¹⁸

A alta correspondia à alcáçova que, segundo Sérgio Carvalho, nada mais era, que uma “(...) cidadela murada, de regular extensão, última defesa ao invasor e com saída independente para o exterior, o que permitia ao grupo militar e administrativo dominante uma discreta fuga (...) Tal era, igualmente, útil em caso de revolta interna (...)”¹⁹.

¹⁸ Marques, A. H. de Oliveira (1988), *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, p.19

¹⁹ Carvalho, Sérgio Luís (1989), *Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, p.13

Walter Rossa acrescenta a esta dualidade de “alta” e “baixa” das cidades medievais que, como acontece na cidade de Lisboa, havia uma “(...) alcáçova no ponto mais alto e que outrora serviu de sede militar romana apoiada por um bairro de carácter aristocrático; novos bairros comerciais, de artesãos e de pescadores em arrabalde, desenvolvidos junto às vias terrestres e marítimo-fluviais à cota mais baixa (...)”²⁰. Esta divisão de “alta e baixa”, tem na sua génese o facto de se implantar postos de vigia ou defensivos em locais altos e na baixa implantar-se pontos de comércio onde o acesso seria mais facilitado.

O segundo parâmetro, prende-se com a questão climatérica, ligada directamente ao clima quente do norte de África, que levava o povo muçulmano a favorecer a “sombra” o que resultava na malha urbana labiríntica: ruas estreitas e tortuosas, com pouco mais do que oito pés de largura, onde o sol pouco ou nada conseguia penetrar. Como refere Carvalho “(...) conduziu a que se tendesse a favorecer a sombra, construindo a rua estreita onde o sol pouco penetra, numa palavra, a rua fresca, formando então essas velhas ruas apertadas onde mesmo nas horas de mais calor, é a sombra uma constante.”²¹

²⁰ Rossa, Walter (1995), *A Cidade Portuguesa*, in *Historias da arte Portuguesa*, Vol.III, Direcção de Paulo Pereira, Lisboa, p.245

²¹ Carvalho, Sérgio Luís (1989), *Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, p.14

Saliente-se que as tradições urbanísticas muçulmanas interpretavam a “cidade” em torno de três princípios fundadores, o princípio defensivo, o climático e o religioso.

O primeiro, como já referido, prende-se com a questão defensiva, daí a existência das muralhas exteriores e interiores, de forma a que a vila beneficiasse de um sistema ecológico rico, ou seja, uma divisão de uma cidade entre “alta”, onde presidiam a classe elevada e a “baixa” onde habitava o povo. Segundo Oliveira Marques a cidade muçulmana “(...) situava-se sempre que possível na falda de um monte, junto ao mar ou a um rio, com distinção nítida entre a aristocrática cidade alta (...) e a cidade baixa, alargando-se pela encosta, onde vivia a plebe.”¹⁸

A alta correspondia à alcáçova que, segundo Sérgio Carvalho, nada mais era, que uma “(...) cidadela murada, de regular extensão, última defesa ao invasor e com saída independente para o exterior, o que permitia ao grupo militar e administrativo dominante uma discreta fuga (...) Tal era, igualmente, útil em caso de revolta interna (...)”¹⁹.

¹⁸ Marques, A. H. de Oliveira (1988), *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, p.19

¹⁹ Carvalho, Sérgio Luís (1989), *Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, p.13

Walter Rossa acrescenta a esta dualidade de “alta” e “baixa” das cidades medievais que, como acontece na cidade de Lisboa, havia uma “(...) alcáçova no ponto mais alto e que outrora serviu de sede militar romana apoiada por um bairro de carácter aristocrático; novos bairros comerciais, de artesãos e de pescadores em arrabalde, desenvolvidos junto às vias terrestres e marítimo-fluviais à cota mais baixa (...)”²⁰. Esta divisão de “alta e baixa”, tem na sua génese o facto de se implantar postos de vigia ou defensivos em locais altos e na baixa implantar-se pontos de comércio onde o acesso seria mais facilitado.

O segundo parâmetro, prende-se com a questão climatérica, ligada directamente ao clima quente do norte de África, que levava o povo muçulmano a favorecer a “sombra” o que resultava na malha urbana labiríntica: ruas estreitas e tortuosas, com pouco mais do que oito pés de largura, onde o sol pouco ou nada conseguia penetrar. Como refere Carvalho “(...) conduziu a que se tendesse a favorecer a sombra, construindo a rua estreita onde o sol pouco penetra, numa palavra, a rua fresca, formando então essas velhas ruas apertadas onde mesmo nas horas de mais calor, é a sombra uma constante.”²¹

²⁰ Rossa, Walter (1995), *A Cidade Portuguesa*, in *Histórias da arte Portuguesa*, Vol.III, Direcção de Paulo Pereira, Lisboa, p.245

²¹ Carvalho, Sérgio Luís (1989), *Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, p.14

Oliveira Marques também se manifesta dizendo que,

“Muito sol e muito calor, coisa frequente no mundo islâmico - que não desconhece o frio, a chuva e até a neve - requeriam ou pelo menos justificavam, ruas estreitas, com esquinas a cada passo, oferecendo recantos sombrios e frescos. A intenção dos traçados revertia a favor de outras preocupações que até então não eram acentuadas, criando um tipo de malha aparentemente “irracional”²².

Todas estas características de certa forma estão ligadas ao estilo de vida praticado pelo Corão, ou seja, a religião sendo este, o terceiro parâmetro fundador das cidades muçulmanas. A rua para os muçulmanos é interpretada apenas como a divisão entre habitações e nada mais, o que a tradição muçulmana privilegia é a habitação. A habitação é para onde os fiéis se deslocam para meditar, na cidade islâmica, poucos são os espaços amplos exteriores propícios o convívio.

Manuel Teixeira, manifesta-se quanto a este assunto como sendo as,

²² Marques, A. H. de Oliveira (1988), *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, p.20

“Necessidades de defesa e o estilo de vida introvertido prescrito pelo Corão [que] contribuíam para o carácter íntimo das suas ruas tortuosas, com diferentes perfis ao longo do seu percurso, das quais saíam outras ruas em cotovelo, ou becos que davam acesso a pequenos conjuntos de casas. As condições climáticas aconselhavam igualmente o sombreamento das ruas e daí a sua pouca largura”²³.

Segundo Sérgio Carvalho, “para o muçulmano a casa é o espaço privilegiado por excelência, para onde o crente se retira, onde medita, onde jejua, tornando a rua o espaço que se limita a separar praças e habitações e não o local de convívio, que noutras épocas e noutras culturas é”²⁴.

Posto isto, a rua por não ter uma grande importância, era às vezes subjugada pela habitação, daí as constantes usurpações praticadas pelas construções que descontinuavam o traçado e por sua vez criavam as ruas estreitas e sem saída. Para acrescentar às características referidas das cidades islâmicas, estas eram compartimentadas por bairros, havia também a mesquita que servia de centro de carácter religioso, cívico e cultural. “(...) a mesquita servia de templo de oração, de clube social, de casa da câmara, de parlamento e de escola.”²⁵

²³ Teixeira, Manuel e Margarida Valla (1998), *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil*, Lisboa, p.15

²⁴ Carvalho, Sérgio Luís (1989), *Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, p.16

²⁵ Marques, A. H. de Oliveira (1988), *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, p.21

3.3 Herança Cristã

Os séculos XI e XII, na Península Ibérica, foram marcados pela reconquista do povo cristão, dando origem ao renascimento urbano das cidades. Este fenómeno surgiu devido a vários factores como o “aumento da população e a abundante mão de obra, o arroteamento de novos territórios agrícolas, a utilização de novas técnicas de cultivo e o aumento da produtividade (...)”²⁶

Quando o povo cristão, se instalou na península, encontrou urbanizações muito mais concretas e bem implantadas no terreno, se comparado com o século VIII quando os muçulmanos se deparam com urbes romanas e\ou celtas. Segundo Sérgio Carvalho, “tal deve-se ao relativo esplendor das urbes muçulmanas, esplendor tanto mais resplandecente quando comparado com os povoamentos do norte cristão.”²⁷

É de referir a diferença entre Portugal nortenho, um Portugal mais ruralizado, e o Portugal Sulista, mais urbanizado focado mais na vida citadina, mas não se pense que tal diferença entre norte e sul no país é *ipsis-verbis* e que no norte cristão o urbano é algo inexistente. Como dito, no século XI e XII viu-se a renascer urbanizações cristãs. “Razões essencialmente militares levaram os cristãos a “pegar” em antigos povoados romanos, entretanto decadentes e a recuperá-los, como sucedeu com Salamanca, Ávila, e Segóvia”²⁸

²⁶ Teixeira, Manuel e Margarida Valla (1998), *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil*, Lisboa, p.21

²⁷ Carvalho, Sérgio Luís (1989), *Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, p.17

²⁸ *Idem*, *ibidem*, p.17

Assim surgiram no norte português, povoados que de alguma forma rivalizavam com as grandes cidades portuguesas de origem islâmicas, de carácter mais equivalentes e desprovidas de tradições.

Segundo, Oliveira Marques, a cidade cristã ibérica assemelha-se com os aglomerados hispano-muçulmanos (plantas regulares, quase greco-latinos). Para além disso estas cidades adaptam-se aos declives do terreno, assim como cumprem com princípios urbanísticos determinados, ou seja, centram-se em torno de um marco religioso importante que lhes dá a origem (caso da cidade do Porto) ou surge como um traçado de ruas perpendiculares estilo milita-romano, ou combinação de ambos. Oliveira Marques adopta esta teoria, onde salienta que nesta época as cidades eram bem determinadas, chamando-as de “cidade de fundação” ou de “restauração cristã”, afirmando que:

“Embora adaptando-se aos acidentes do terreno, os novos povoados obedecem a normas de urbanização bem determinadas. Umas (...) centram-se na igreja mais importante ou no mosteiro que lhe deu origem. Outras (...) apresentavam um quadriculado de ruas à maneira clássica. Outras ainda (...) combinavam o plano em xadrez com a irradiação a partir de um centro. Antigas cidades de fundação romana (...) eram muitas vezes reconstituídas de acordo com a planta original”²⁹

²⁹ Marques, A. H. de Oliveira (1988), *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, p.37

Na cidade cristã por norma as ruas confluíam para uma praça que servia para inúmeros fins (mercado, feira, manifestações, etc.) diferenciando-se das cidades islâmicas. Segundo Sérgio Carvalho “cidade cristã ibérica existia, geralmente, um espaço central (...) aspecto em que, de novo, se diferenciava das cidades do sul islamizado. Em várias cidades reconquistadas aos mouros, houve mesmo que demolir casas para que tal praça pudesse existir”³⁰.

3.4 A Cidade Medieval

À medida que as urbes iam sendo reconquistadas e a contra-ofensiva islâmica ia recuando as cidades portuguesas e hispânicas tinham maiores chances de um possível desenvolvimento pacífico, sem grandes problemas, contudo, aspectos conjunturais emergiam para atrasar o seu desenvolvimento, podemos agora debruçarmo-nos de forma mais concisa sobre as características morfológicas das cidades medievais.

3.4.1 Fundação

Seguindo ainda as características das cidades medievais Lusitanas e reforçando todos os argumentos anteriormente citados, é importante salientar a importância da localização das urbes e perceber as razões que levaram ao assentamento, directa ou indirectamente associadas.

³⁰ Carvalho, Sérgio Luís (1989), *Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, p.18

Como o autor Sérgio Carvalho denomina, poderiam ser defensivas ou comerciais\funcionais, contudo, para o autor, a escolha do local privilegia as condições físicas do terreno face às localizações próximas. Segundo esta linha de pensamento Leonardo Benevolo salienta que a “(...) natureza do terreno, as tradições locais ou as sugestões exóticas, o simbolismo sagrado e profano, a despreconceituosa obediência as necessidades funcionais e económicas, e cada um destes motivos pode tornar-se determinante em certas condições.”³¹

Retomando as razões, que levaram à fundação das cidades medievais, a primeira seria a questão defensiva, para tal as povoações implantavam-se em locais altos normalmente muralhados para reforçar o carácter defensivo. É de referir que este método é sobretudo mais frequente nos séculos XI e XII – período da reconquista – e principalmente nos terrenos fronteiriços, que levavam a um perigo constante de invasores, devido a isso não haviam muitos interessados a querer viver em tais sítios. Segundo Sérgio Carvalho a solução tomada para povoar essas zonas foi quando, o rei, transforma esses aglomerados “em castros (...) localidades nas quais os foragidos da justiça que lá se instalassem teriam o perdão garantido.”³²

A segunda razão para o assentamento desta cidade diz respeito ao comércio\função, o que originou povoamentos implantados próximos de rios ou de grandes eixos viários ou ainda de feiras que também desempenharam um papel incrivelmente importante em vários núcleos.

³¹ Leonardo Benevolo (1995), *A Cidade na História da Europa*, Lisboa, p. 85

³² Carvalho, Sérgio Luís (1989), *Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, p.23

Sérgio Carvalho esclarece este ponto claramente referindo que, “da mesma forma lógicas se podem estender as povoações situados junto aos eixos viários. A movimentação de pessoas e carga pressupunha a existência de pontos de apoio (...)”, ou ainda quando refere que, “também as feiras (...) foram um impulso para o desenvolvimento de vários centros urbanos. Por vezes, era habitual o poder central instituir feiras em localidades próximas das principais vias de comunicação”³⁴.

3.4.2 Tecido urbano medieval

O tecido ou malha urbana é um tema bastante abordado por vários autores com o intuito de conseguir caracterizar as cidades em termos morfológicos.

Sérgio Carvalho (1989) e O. Marques (1988) partilham da mesma opinião, ambos afirmam que a rua medieval portuguesa ainda sofre de alguma tradição islâmica nomeadamente a rua estreita e irregular, mas que converge para um espaço amplo de convívio religioso ou comercial, o que remete para uma tradição cristã. Da mesma opinião segue autora Teresa Barata Salgueiro (1992), que acredita que as cidades medievais são intencionalmente regulares e que as irregularidades que aparecem no traçado devem principalmente a vários factores. Assim,

³⁴ Idem, ibidem, p.24-25

“Nas cidades portuguesas sempre se combinaram elementos espontâneos, aparentemente irregulares, com linhas direitas revelando a intencionalidade de um traçado geométrico de base ortogonal. Aqueles resultam da adaptação dos traçados geométricos as características dos sítios, principalmente evidenciados nos alcandorados, da liberdade de construção relacionada com o crescimento urbano não muito intenso e também, provavelmente, com a herança dos traçados muçulmanos.”³⁵

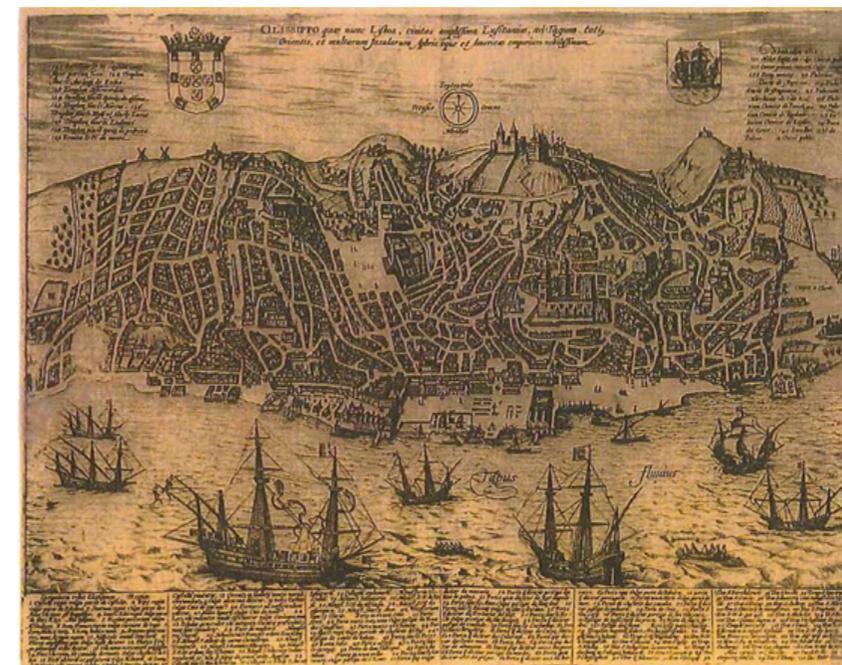


Figura 8 “Lisboa do século XVI Civitates Orbis Terrarum de Georg Braun. Vol. V. Colónia. 1598” in Garcia, José Manuel; 1992, Portugal e os Descobrimentos (catálogo), p. 24

³⁵ Salgueiro, Teresa Barata (1992), “A espacialidade no tempo urbano”, p.13

Doutra forma, e segundo Jorge Gaspar, os aglomerados planeados eram frequentemente geometrizados assim como as “bastides” (vila construída com objectivos militares cuja a planta seguia as disposições os acampamentos militares) que surgem no século XII e XIV e onde “a planta é sempre regular, segundo linhas geométricas; apresentam frequentemente uma muralha envolvente (circular, oval ou rectangular) e um certo número de portas donde partem ruas direitas a uma praça central;”³⁶.

Neste sentido, as “bastides”, e segundo Jorge Gaspar, situam-se sempre em locais que favorecem o carácter defensivo e muitas vezes muralhados, que, dependendo do seu grau importância o número de portas era variável.

Assim o autor refere que:

³⁶ Gaspar, Jorge (1969), “A morfologia urbana de padrão geométrica na Idade Média”, Lisboa, p 198-199

“As ruas, rectilíneas, cruzam-se segundo ângulos rectos, demarcando blocos rectangulares de casas. Numa posição central, de fácil acesso tanto aos moradores como aos forasteiros, uma praça também de forma rectangular, com arcadas ou alpendres nos exemplos mais acabados, e que desempenhava as funções de centro comercial, de convívio e de local de manifestações públicas. A igreja não ficava geralmente instalada neste espaço, mas abria-se num pequeno terreiro próximo (...). As ruas apresentam construções dum lado e doutro, de forma continua, o que era estipulado nas cartas de criação da cidade, onde eram também discriminados os privilégios e deveres dos seus habitantes. (...) Os espaços verdes da cidade eram constituídos por quintais, que todas as casas possuíam nas traseiras”³⁷.

Refere ainda que:

“No caso mais frequente temos uma rua central, rectilínea, que liga duas pontas da muralha, como no Redondo, ou a porta principal e o castelo instalado no extremo mais facilmente defensável da aglomeração - caso de Monsaraz ou Alegrete. Sensivelmente a meio desta rua central, nos casos mais desenvolvidos é cortada por travessas segundo ângulos rectos, abre-se o largo, ao qual quase já se poderia chamar praça. O eixo central pode ter ainda uma ou duas ruas, menos importantes e menos largas, que lhe são paralelas, (...)”³⁸.

³⁷ Gaspar, Jorge (1969), “A morfologia urbana de padrão geométrica na Idade Média”, Lisboa, p. 202-203

³⁸ Idem, ibidem, p. 209

Esta tradição urbana regular, em Portugal, também é igualmente vista por Manuel Teixeira, como algo comum a todas as urbanizações europeias, “(...) a regularidade de traçado é a característica essencial destas cidades medievais (...)”³⁹. Em suma as cidades medievais podem ser caracterizadas por incontáveis variações, contudo, existe a predominância de dois tipos de desenvolvimento, um mais irregular, onde a rua perde importância, tornando-se relativamente labiríntica, invocando a memória muçulmana e a adaptação ao terreno, ou uma mais regular, onde a rua é espaço delimitador e imponente, influência proveniente das “bastide”, com contexto económico e político surgindo “regulamentos” e planeamentos para as novas cidades. Estas plantas regulares continham, geralmente, uma rua principal rectilínea que ligava dois pontos importantes na povoação onde a meio da mesma erguia-se uma praça ou largo para fins políticos e económicos, para além disso, a rua também era interceptada por travessas perpendicularmente e/ou acompanhada paralelamente por uma ou duas ruas de menor importância.

³⁹ Teixeira, Manuel e Margarida Valla (1998), O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil, Lisboa, p.32

3.4.3 O lote e o quarteirão Medieval

Como foi referido anteriormente, os assentamentos nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, adoptaram planeamentos de padrões geométricos regulares, onde as ruas principais são intersectadas perpendicularmente pelas ruas secundárias criando loteamentos rectangulares formados por edificações e espaços verdes. Desta forma, podemos dizer que uma característica morfológica destas cidades é a existência de lotes rectangulares e uma estrutura de quarteirões rectangulares.

A dimensão das ruas, dos quarteirões e dos loteamentos variavam de urbanização para urbanização, mas era mantida a medida dentro da cidade, pós definição métrica das mesmas. O que, segundo M. Teixeira:

“As dimensões das ruas principais e de traseiras são constantes, da mesma forma que são constantes as dimensões e o número de lotes de cada quarteirão e a dimensão dos lotes individuais. Para além disso, é possível encontrar também algumas constantes, ou regularidades entre as várias cidades estudadas: as ruas principais variam entre 18 e 30 palmos, enquanto as ruas secundárias variam entre 14 e 18 palmos. (...). Os quarteirões variam entre 510 e 216 palmos para a sua dimensão maior e 136 e 81 palmos para a sua dimensão menor.”⁴⁰

⁴⁰ Teixeira, Manuel e Margarida Valla (1998), O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil, Lisboa, p.38

Algo curioso também nas cidades medievais é os espaços verdes dentro dos quarteirões que até à data era algo praticamente inexistente. Sendo que, apenas algo semelhante aconteceu nas “bastides” francesas (fig.9), e que segundo Jorge Gaspar, “os espaços verdes da cidade eram constituídos pelos quintais que todas as casas possuíam nas traseiras.”⁴¹

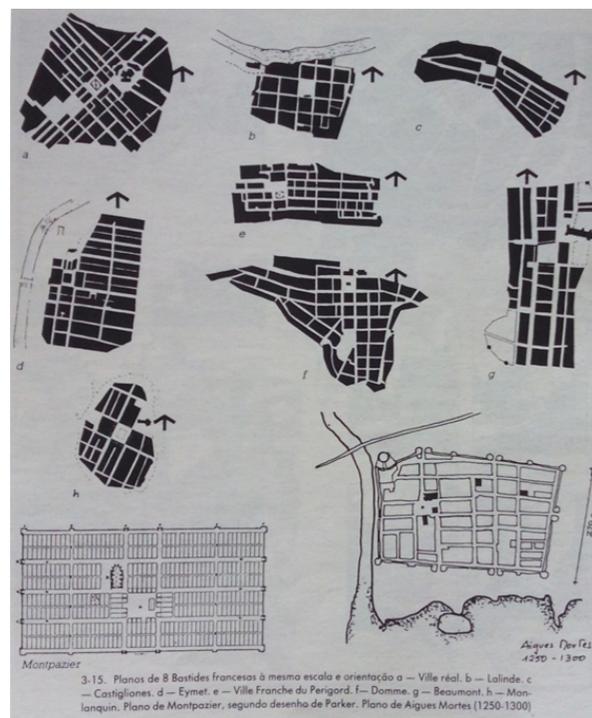


Figura 9 8 Planos de Bastides francesas in Lamas, José Gacia;1993,- Morfologia urbana e desenho da cidade, lisboa: fundação Calouste Gulbenkian, p.161

⁴¹ Gaspar, Jorge (1969), “A morfologia urbana de padrão geométrica na Idade Media”, lisboa, p. 203

3.4.4 A rua e os espaços amplos

Como anteriormente mencionado as ruas podem ser tortuosas, indo beber à cultura islâmica, ou regulares, absorvendo o conhecimento clássico, esta dicção surgia como forma da visão que cada cultura interpretava a rua e o espaço livre. Segundo S. Carvalho “(...) a rua medieval das cidades mediterrâneas em geral e das portuguesas em particular, é uma rua de contornos irregulares, geralmente estreita (elemento que se acentua com herança muçulmana), rua que conduz habitualmente a espaços abertos (espaço de maior pendor cristão) (...)”⁴²

Vejamos de forma mais pormenorizada a rua medieval. A “rua direita” normalmente a rua principal, era usual em quase todas as povoações portuguesas na idade média. A importância dessa rua deve-se ao facto, de ser o eixo estruturante e orientador do crescimento da malha urbana, sendo ainda o eixo que liga uma extremidade à outra da cidade, “A rua direita deve o seu nome ao facto de ir directamente de uma ponta à outra. Digamos que é o eixo principal da urbe, (...)”⁴³, mas havia outros nomes para outras ruas, nomeadamente, rua dos oleiros, correeiros, dos sapateiros etc. o nome era dado em conformidade com a actividade nela praticada.

Nesta altura o conceito de avenidas ou de alamedas, nem mesmo de ruas grandes, era conhecido, contudo já começava a surgir os “rossios”. Os “rossios” eram, na época, espaços amplos perto das portas da cidade com o intuito permitir o acesso fácil aos comerciantes.

⁴² Carvalho, Sérgio Luís (1989), Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo, Lisboa, p.34

⁴³ Idem, ibidem, p. 35

Segundo S. Carvalho” (...) inicialmente, o termo “rossio” designava um baldio, uma terra inculta que vai evoluindo, lentamente, para um espaço social.”⁴⁴. O “rossio” também pode ser designado por um espaço onde confluem as ruas mais importantes do povoado, geralmente de uma das portas da cidade e\ou agregado ao espaço implanta-se um edifício de carácter político ou religioso importante. Segundo Teresa Madeira da Silva “este espaço era normalmente pequeno na sua origem. Muitas vezes começava por ser um alargamento de uma ou mais ruas confluentes ou um terreiro em frente a um edifício institucional importante, normalmente uma igreja. Ao longo do tempo este espaço foi sofrendo alterações ganhando importância para a definição e desenvolvimento da estrutura urbana dos aglomerados.”⁴⁵. Apesar de este espaço começar a ter a sua importância, as palavras praça, largo e rossio demoraram a entrar na cultura e só no século XV e XVI é que se começa a pensar\ estruturar esses espaços, o que à data surgiam como alargamento de ruas ou associados edifícios importantes.

O. Marques refere que “em muitas das cidades conquistadas à mourama, houve que deitar abaixo casas para abrir praças, que as necessidades da população e os novos conceitos de urbanismo mais e mais iam requerendo nos fins da Idade Media e no século XVI.”⁴⁶

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 39

⁴⁵ Madeira da Silva, Teresa (1998), Estudo Morfológico da Cidade de São Tome no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa, Vol. I, p.40

⁴⁶ Marques, A. H. de Oliveira (1988), Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa, Lisboa, p.38

Relativamente a Portugal é banal encontrar-se mais do que um espaço amplo (praça) em cada cidade, principalmente a partir do século XV, segundo Teresa Madeira da Silva “a existência de mais do que uma praça está associada a uma determinada função: há a praça de carácter civil, associada ao edifício da Câmara ou a um edifício administrativo ou por vezes ao pelourinho, há a praça religiosa normalmente associada a igreja matriz a um convento ou Misericórdia, e há a praça ligada ao mercado.”⁴⁷

3.4.5 Limites e acessos à cidade – Muralhas e Portas

Relativamente, aos elementos defensivos é preciso levar em consideração a muralha e a porta, elementos fundamentais para a organização espacial das cidades medievais.

A muralha era uma constante em quase todas as urbes, obviamente a razão primordial para a sua edificação era de ordem defensiva, principalmente na reconquista. A regularidade era algo inexistente para este elemento, normalmente acompanhava o acidentado terreno procurando o percurso mais fácil para sua construção, sendo o grande enfoque, uma construção sólida que cerca-se a vila. M. Teixeira acrescenta que:

⁴⁷ Madeira da Silva, Teresa (1998), Estudo Morfológico da Cidade de São Tome no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa, Vol. I, p.41

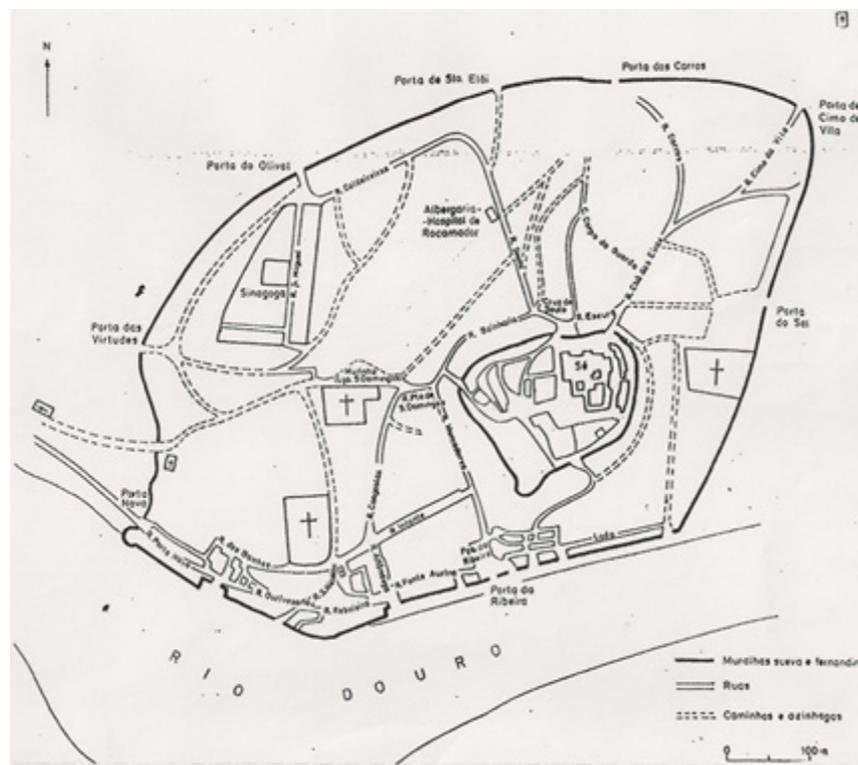


Figura 11 **Traçado das Muralhas da Cidade do Porto, Portas da Cidade do Porto** in Magalhães, Manuel (2011), <http://foiassimk.blogspot.pt/2011/02/tracado-das-muralhas-da-cidade-do-porto.html>

Relativamente à porta, esta era o meio de comunicação que a vila usava para alguém entrar ou sair da cidade, o número de porta variava conforme a importância nacional, pela estrutura ou pela própria dimensão, mas a porta “para além de carácter de comunicação, a porta tem ainda função fiscal, (...)”⁵².

⁵² Idem, *ibidem*, p. 30

Assim como as malhas sofreram evolução ao longo dos séculos, as portas também se foram transformando. Com auxílio da arquitectura as portas desprenderam-se das muralhas e passaram a ser integradas nas torres ou, ainda, para uma espécie de antecâmara. S. Carvalho refere, “outra possível alternativa é a porta estar precedida de um espaço aberto, pátio, ou quanto muito de uma antecâmara que ficava exposta imediatamente assim que se entrasse. Por outras palavras, o forasteiro, após transpor os portais, não se encontrava imediatamente no interior da urbe ou do castelo, mas num espaço que se comunicava com o casario”. Esta comunicação não ficava apenas entre a porta e o exterior adjacente, mas as portas também comunicavam por ruas estruturantes (rua Direita). “As portas comunicavam entre si frequentemente pelas famosas “ruas direitas”, ruas que conduziam directamente uma para a outra.”⁵³.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 32

3.5 Conclusão

Depois de percebermos os vários acontecimentos que marcaram as cidades medievais portuguesas, com o surgimento dos muçulmanos até à sua expulsão, podemos afirmar que as cidades medievais portuguesas surgem de um cruzamento de várias experiências, políticas, sociais e religiosas culminando nas urbanizações que temos hoje no nosso país.

Com a ocupação romana, no séc. II e III A.C, os vestígios dos antigos povos, como os celtas, foram praticamente eliminados, e portanto o surgimento de alguma das nossas urbanizações devem-se às vilae romana. Neste sentido, os romanos alteraram tudo, iniciaram os abandonos aos castros e assim surgiram a vilae. Para além das vilae, os acampamentos militares também foram base de algumas cidades, como Tomar, estas cidades tinham uma malha ortogonal, o que era algo pouco comum na época, e uma rua directa e delimitada que ligava o povoado à ordem de Cristo.

Quando a península sofre a invasão da cultura muçulmana (711), ela trás consigo uma forte ligação com a religião e com novas formas de ver a cidade. Desta forma, surgem as ruas estreitas e tortuosas, para privilegiar a sombra, como a quase inexistência de espaços abertos para o lazer, fazendo a malha, claramente, labiríntica e irregular. Também surgem os bairros fora dos limites das muralhas, diferenciando a cidade alta da cidade baixa, lembrando a cidades tradicionais gregas, a parte alta da cidade designava-se de alcáçova onde permanecia os aristocratas, já a baixa designada de almedina ficava a plebe.

Posteriormente, com a reconquista no séc. XI e XII desenvolveu-se uma nova visão urbanística que coincidiu com a ocupação cristã na península, obedecendo a normas bem delimitadas, percebe-se que esta nova visão tem uma forte influência das novas cidade europeias, sendo as mais conhecidas as “bastides” francesas. Consequentemente, devido à nova visão, surgem urbanizações novas e mais elaboradas, de malha regular onde os quarteirões obedeciam a uma planimetria regular e alongada.

Respectivamente às localizações das cidades medievais portuguesas verifica-se que as cidades podem ser divididas em dois tipos. As defensivas resultando em povoados em lugares altos e cercados por muralhas e as comerciais localizados em lugares junto aos rios ou estradas já existentes, que facilitavam as comercializações.

Regularmente as cidades tendem a ter traçados tipo, um de contornos irregulares de articulações espontâneas entre elementos com estruturas relevantes, estas irregularidades devem-se a influência muçulmana ou ao declive do terreno. O segundo tipo de traçado é de carácter regular influência directa das “bastides” francesas. A principal rua medieval portuguesa era regularmente designada de rua direita de carácter comercial que tinha como função ligar dois pontos importantes da cidade. Esta rua servia de principal eixo ordenador dos espaços da cidade. Também era comum a inexistência de espaços, como praças e largos, que só mais tarde viriam a surgir. Portanto, o agrupamento de pessoas ocorria em áreas onde as ruas sofreriam pequenos alargamentos ou em espaços

definidos que conseqüentemente mais tarde tornar-se-iam em praças ou largos.

As construções religiosas e câmaras, assim como a rua, tinham um importante papel para a estruturação da cidade, por vezes criavam praças quando implantados no interior da malha, outras vezes organizavam e estimulavam o crescimento da malha quando implantados fora do tecido.



Penafiel

4 Introdução – Penafiel

A escolha de Penafiel como objecto de estudo surge de um interesse pessoal de uma urbe pouco ou nada trabalhada e por revelar dificuldades bibliográficas. Portanto, o que fiz foi desenvolver um pouco mais os estudos já inicializados por autores de diversas áreas, nomeadamente Pedro Graveto com “Penafiel, A Matriz até à Misericórdia” (2000), Teresa Salgueiro com “O progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura Material” (1993) e “Penafiel, Cidades e Vilas de Portugal” (1994), Domingos Tavares com “Da rua Formosa à Firmeza” (1985), Joaquim Mendes com “Camilo e Penafiel” (1998) e “Da origem, formação e desenvolvimento da Arrifana de Sousa e Penafiel” (1992), entre outros.

Tentei definir épocas mais específicas que demonstrassem o crescimento da cidade e dos elementos arquitectónicos, ou seja, este capítulo inicia-se com narrativa histórica como suporte para uma interpretação da cidade. O estudo não irá ultrapassar os limites da cidade. Qualquer elemento que ultrapasse esse limite só será levado em consideração se o mesmo tiver algum papel importante para o desenvolvimento da mesma.

Posto isto, vamos dar início ao estudo histórico, a partir da sua génese, considerando posteriormente elementos da cidade mais atuais.

4.1 Géneses

Na desconstrução da palavra Penafiel, os historiadores acreditam que esta deriva de Pena que significa “castelo erguido sobre rochas firmes”⁵⁴, em um local fiel. Isto remete-nos ao monte do castelo ou Castelo de Penafiel situado, fora dos limites da urbe, umas dezenas de quilómetros a sul do núcleo. Mas, como muitos povoados, o imaginário está sempre associado à origem, Penafiel não é diferente.

Na segunda metade do século XVI Arrifana de Sousa, antigo nome de Penafiel, já manifestava interesse por parte dos que escreviam a história e a corografia do Reino.⁵⁵

Segundo Teresa Soeiro, “coube a Bernardo de Brito a tarefa de arranjar uma explicação para a fundação do lugar (...) Aquela glória atribuiu-a a Faião Soares, Senhor do godo e tronco da família Sousa, que nos tempos difíceis do século IX em que os muçulmanos ocupavam a região teria reunido os vencidos e, com a autorização dos conquistadores, fundado Arrifana de Sousa.”⁵⁶ A ideia é reforçada como o recuo etimológico da palavra Arrifana, entre o latim e o árabe, Arrifana deriva de Auriflama, referência às bandeiras dos reis merovíngios.

⁵⁴ Graveto, Pedro (2000), Penafiel, A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p. 34

⁵⁵ Idem, ibidem, p.34

⁵⁶ Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 11

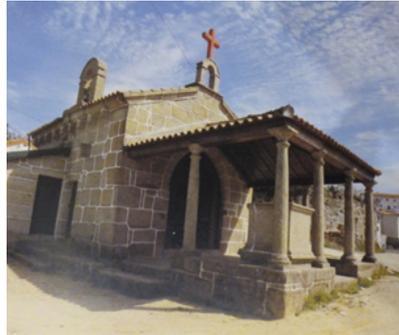


Figura 12 **Capela de Santa Luzia** in Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 15

Deixando o imaginário e procurando fontes mais seguras, surge os testemunhos arqueológicos. Fora da malha da cidade, próximo à capela medieval de Santa Luzia (fig.12), documentada desde o século XI como igreja paroquial de S. Martinho de Mozares⁵⁷, encontram-se vestígios de origem romana e posteriores e, ainda, foram confirmados vestígios romanos no monte de S. Bartolomeu onde hoje encontra-se implantado o santuário de N^a S^a da Piedade (fig.13), popularmente conhecido por Sameiro.



Figura 13 **Santuário de N^a S^a da Piedade** in arquivo da Camara Municipal de Penafiel

⁵⁴ S.Martinho de Mozares é o nome medieval da freguesia que corresponde à actual de Penafiel. Integrava julgado de Penafiel de Sousa, cuja sede se localizava no castelo de Penafiel, em Oldrões – Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 14

A elevação, devido às suas características, era um local propício à implantação de castros romanos, contudo por não ter havido uma escavação arqueológica minuciosa, o único artefacto achado no local foi uma pequena estátua do deus da Guerra e a descoberta só aconteceu devido as escavações realizadas para os alicerces do santuário, em 1886. Como refere Teresa Soeiro:

“Com base em achados ocasionais, pois não tiveram lugar escavações arqueológicas na freguesia da cidade, apenas documentamos com certeza a presença romana no alto de monte de S. Bartolomeu (...) a elevação destaca-se dos altos vizinhos e corresponde ao tipo de local tantas vezes escolhido para a implantação de castros, mas o único achado ocorrido no monte foi o de uma estatueta do deus Marte, (...) em bronze de 21 centímetros de altura e pesa aproximadamente 570 gramas.”⁵⁸

Posteriormente, devido a diversos factores S. Martinho de Mozares, mais tarde, Arrifana de Sousa, deslocasse e vai ocupar a margem da estrada medieval que ligava a cidade do Porto a Trás os Montes e desta forma todo o desenvolvimento da mesma seguia fielmente o este eixo.

Penafiel começou a destacar-se na região como um local de pernoita e de passagem obrigatória para mercadores, principalmente devido ao centro artesanal e de serviços e ainda a grande feira Anual.

⁵⁴ Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 13

Segundo Pedro Graveto, “este pequeno burgo, situado na serra de Santa Catarina, não nos apresenta passado histórico glorioso, muralhas ou monumentos que confirmem a sua antiguidade. O concelho resulta de um núcleo de formação alti-medieval”⁵⁹, ou seja, o autor quer salientar que é no núcleo de S. Martinho de Mozares, onde se pode encontrar um pouco desta antiguidade. Como refere Teresa Soeiro:

“No extremo oposto da cidade, ou melhor já fora da mancha verdadeiramente urbana, diante a medievá Capela de Santa Luzia, outrora paroquial de S. Martinho de Mozares, reconhecem-se facilmente entre as terras lavradas os restos de uma estação arqueológica que teve certamente construções pétreas, com colunas cujas fustes lisos integram agora os muros dos quintais. Pelo chão restam mós manuais circulares e inúmeros pedaços de tégulas e imbrices. Alguns fragmentos de cerâmica romana comum tardia e alti-medieval acompanham estes vestígios que deveriam pertencer a um povoado aberto vocacionado para a exploração agrícola dos campos que descem até ao rio.”⁶⁰

⁵⁹ Graveto, Pedro (2000), Penafiel, A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p. 35

⁶⁰ Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 13-14

Posto isto, Arrifana de Sousa, afirma-se como cabeça do concelho. Por ordem de D. João V Arrifana é elevada à categoria de vila, com Câmara própria e Juiz de Fora, algo que não agradou em nada ao poder eclesiástico da cidade do Porto. Infelizmente devido ao delgado território a vila sentia a necessidade de se expandir mas era sempre abalroada pelas intolerâncias da cidade do Porto, este facto é referido por T. Soeiro que, “por mercê de D. João V, em Março de 1741, Arrifana vê-se elevada à categoria de vila, com Câmara e juiz de Fora e dos Órfãos. O termo pequeníssimo, apenas abrangia a própria freguesia e a parte da de Santiago de Subarrifana a nascente do rio Sousa. Espatilhada pela estreiteza do seu território a nova vila cedo vai tentar expandir-se, esbarrando sempre com a intransigente oposição da cidade do Porto (...)”⁶¹

Foi então que D. José I com a intenção de enfraquecer a diocese Portuense escolhe a Arrifana como centro de uma das quatro comarcas eclesiásticas, elevando a vila a cidade em 3 de Março de 1770 baptizando-a como cidade de Penafiel. Essa decisão de D. José I não iria perdurar, depois da sua morte muitos dos desses bispados iriam ser dissolvidos. O Bispado de Penafiel foi um desses casos onde voltou a ser reintegrado na diocese do Porto em 7 de Dezembro de 1778.

⁶¹ Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 16

Segundo T. Soeiro, “compreende-se que a situação incomodasse bastante a sede portuense e que esta tenha batalhado para anular a divisão. Isto veio a acontecer em 1778, (...) Penafiel perdeu bispado mas continuou a ser cidade e sede de comarca (...)”⁶²

Só a partir do século XVIII e devido a estes acontecimentos simultâneos é que a região começou, realmente, a ganhar um novo olhar tanto nacional como internacional e é então no início do século XIX que passa a pertencer ao roteiro nortenho, mas ainda designado como um local secundário.

Essa interpretação é retratada numa estampa que mostra a cidade como um skyline, no alto monte, onde mal se distingue a torre da igreja das demais construções. A guerra peninsular quase não relata qualquer relevância da cidade, apenas como uma rua que se estende pela encosta. Teresa Soeiro refere que Alexandre Herculano numa vista à cidade anota que “Penafiel, insignificante – quase unicamente uma longa rua”⁶³ (fig.14).

⁶² Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 19

⁶³ Soeiro, Teresa (1993), O progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910, Porto, p.78



Figura 14 **Tela de Penafiel de 1813** in Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 31

Numa gravura de 1885 representada de noroeste já podemos ver que a cidade encontra-se concentrada no cume do monte (fig.15). “Os autores do século XIX dão-nos a entender que na parte alta do aglomerado já se começava a diferenciar um espaço diverso da rua/estrada real, (...)”⁶⁴. Acredita-se que isto poderia estar relacionado a um novo traçado, que já se tinha iniciado no do século passado, descrevem as ruas como “(...) tortuosas e estreitas mas pavimentadas, de igrejas e edificios públicos onde estariam as armas reais. As casas ao longo das ruas, têm um ou dois pavimentos.”⁶⁵.



Figura 15 Gravura de 1885 representando a vista do nordeste da cidade. *Portugal Pittoresco* in Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 7

⁶⁴ Idem, ibidem, p.28

⁶⁵ Idem, ibidem, p.28

4.2 Cartografia

Na linha de Pedro Graveto (2000), estudar Penafiel com auxílio de cartografia histórica significa ler mapas com erros vários ou até mesmo “não verdades” face ao seu crescimento, isso implica ainda que as escalas destes registos apenas apontem a cidade como um ponto solto no mapa e só mais tarde com escalas mais aproximadas é que começam a surgir ligações através estradas.

Contudo, Arrifana de Sousa apesar de ser ainda uma paróquia de pouca importância já aparece ilustrada no mapa mais antigo de Portugal de Fernandes Alvares Seco (1600). Posteriormente, em 1662 surge pela primeira vez o topónimo Penafiel introduzido na descrição del reyno de Portugal de Pedro Teixeira Albernaz. Como refere Pedro Graveto “A obra de Álvares Seco apresenta-nos o mapa mais antigo de Portugal, cuja 1ª edição data de 1561 (fig.16). Arrifana de Sousa, uma paróquia ainda em redefinição, aparece já referida neste mapa.”⁶⁶ Finalmente, em 1798, na carta do Entre Douro e Minho da autoria de José Gomes Villas-Boas aparecem referenciadas todas as freguesias da região e ainda, todas as freguesias pertencentes ao concelho de Penafiel.



Figura 16 Representação do Entre Douro e Minho, com indicação de Arrifana de Sousa, na carta de Fernando Alvares Seco [1600], (1.ª ed. 1561) in Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p.11

⁶⁶ Graveto, Pedro (2000), Penafiel, A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p. 36

“A carência de uma boa carta faz-se sobretudo sentir na segunda metade do século XIX, quando o país assiste a uma intensa abertura de comunicações que necessitam de ser pormenorizadamente delineadas”⁶⁷, segundo o autor, a dificuldade de localizar Penafiel deve-se às constantes transferências das funções e ao abandono do castelo medieval de Penafiel para o lugar de Arrifana de Sousa, isto fez com que Penafiel não tivesse uma correspondência física até esta ser elevada a cidade.

Apesar de haver essa consciência de ausência de registos cartográficos dos eixos viários, estes elementos só começaram a surgir quando os desenhos passaram a uma escala de cidade mais propriamente na segunda metade do século XIX.

Pedro Graveto menciona que a monografia e outros textos, deixados por António Almeida (1767-1839) foram de grande ajuda no entendimento da urbe, estes documentos apresentam-se como os registos mais antigos existentes da cidade. Freitas Beça (1843-1914) foi também de grande ajuda, a obra deixada por Beça permitiu cobrir o intervalo de tempo entre a monografia de A. Almeida e a imprensa periódica em Penafiel.

⁶⁷ Idem, ibidem, p.53

4.3 Elementos urbanos marcantes

Como já referido anteriormente Arrifana de Sousa, povoamento aruado, propício a crescimento espontâneo e sem urbes próximas que igualassem, no final do século XVI já continha construções de qualidade. Segundo Pedro Graveto, foi principalmente no século XVII em que tal qualidade de construção se fez sentir mais. O autor destaca a igreja da Matriz, a igreja da Misericórdia e o Hospital.⁶⁸

Desta forma, estes serão alguma das construções que vou levar em consideração, para posteriormente perceber se estas construções desempenharam um papel importante no diálogo evolutivo da malha.



⁶⁸ Graveto, Pedro (2000), Penafiel, A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p. 38



Figura 17 **Penafiel - Igreja Matriz** in arquivo da Camara Municipal de Penafiel

Figura 18 **Igreja da Misericórdia** in arquivo da Camara Municipal de Penafiel



Figura 19 **Ponte medieval de Cepêda, sobre o rio Sousa** in Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 24

4.4 Evolução do traçado urbano

Como já referido, e segundo T. Soeiro (1993), o povoado é designado de arruado pelo facto de implantar-se ao longo da antiga estrada medieval que ligava a cidade do Porto a Trás-os-Montes, e assim se foi desenvolvendo até ao final do século XVIII. A estrada passava pelo rio Sousa iniciando-se na ponte de Cepêda (fig.19) e depois subia o monte até ao cume. Desta forma a urbe orienta-se para poente ficando proeminente ao vale Sousa mas distanciada do rio (fig.20). Estamos perante uma boa posição estratégica, típico das urbanizações portuguesas.

Na perspectiva de Siza Vieira, " (...) as cidades portuguesas procuram locais muito acidentados para que as próprias características do terreno possam ajudar na construção. Assim, é o traçado que deve adaptar-se à topografia enquanto a arquitectura, bastante simples, encontra na difícil relação com o terreno o seu extraordinário carácter (...)." ⁶⁹

Algo também comum é a divisão da estrada em outras mais pequenas. No caso de Penafiel, a estrada ao interceptar a urbe, passa a designar-se calçada, rua direita, rua da ajuda ou rua do cimo da vila, totalizando 90 metros de extensão iniciando-se na cota 230 e terminando na cota 320. Um pouco mais tarde a rua direita sofre ligeiras alterações surgindo vielas e pequenos espaços na sua extensão perdendo o carácter de arruamento, assim como o aparecimento de uma nova estrada que ligava a cidade do Porto a Vila Real fazendo com que os viajantes já não tivessem de passar pelo centro da cidade. ⁷⁰

⁶⁹ Siza, Álvaro (2000), *imaginar a evidência*, Lisboa, p.95.

⁷⁰ Soeiro, Teresa (1994), *Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal*, Lisboa, p. 26

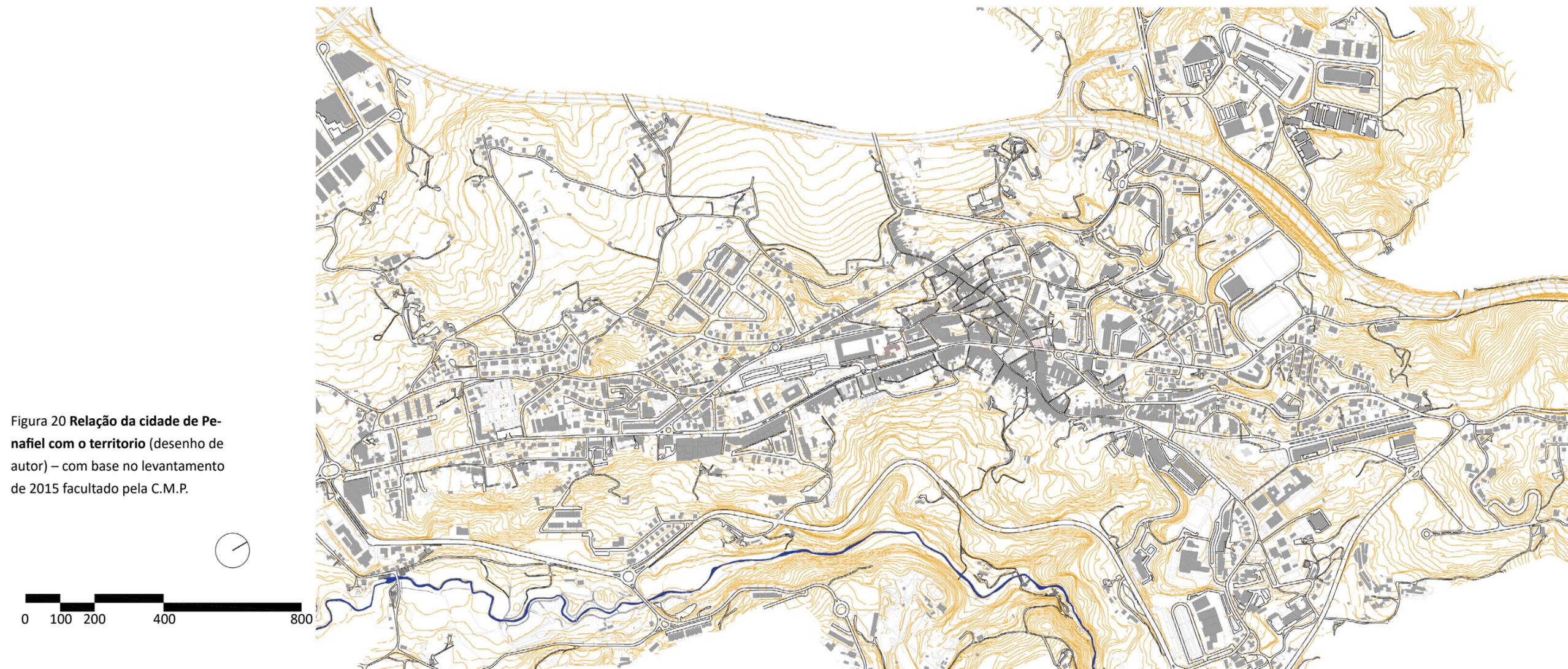


Figura 20 **Relação da cidade de Penafiel com o território** (desenho de autor) – com base no levantamento de 2015 facultado pela C.M.P.

Mas para se perceber melhor o crescimento do povoado este capítulo divide-se em subcapítulos, conforme o crescimento, ou seja, desde quando era considerado lugar, passando por vila e finalizando com estatuto de cidade (fig.21). Desta forma conseguimos perceber de forma mais simples o crescimento e ainda dar um carácter cronológico.

4.4.1 Loco (S. Martinho de Mozares)

Pouco se sabe de Arrifana de Sousa antes de ser vila. Salienta-se a pequena capela medievá do Espírito Santo e mais tarde reedificada ao estilo Manuelino. Só na segunda metade do século XVI, quando S. Martinho de Mozares transfere a sede paroquial para Arrifana de Sousa é que o lugar começa a ganhar importância. Por consequência a capela é subjugada pela nova Matriz do povoado abrindo-se para a rua sem destruir a capela-mor da capela, como refere Pedro Graveto, “A nova Matriz vai-se sobrepôr ao templo do Espírito Santo, tomando outra orientação, volta-se para a rua, sem destruir a antiga capela-mor onde tinham direito de sepultura os descendentes de João Correia [rico mercador e cristão-novo], questão polémica.”⁷¹, já de frente, do outro lado da rua, foi erguida a antiga capela do Hospital. Posteriormente, o lugar expandir-se-ia para leste com o objectivo de ligar estas novas construções à capela da Ajuda, situada fora da malha urbana da época.



Figura 21 **Representação de 1887 que expressa a ruralidade de Penafiel. O Minho Pittoresco** in Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 27

⁷¹ Graveto, Pedro (2000), Penafiel, A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p. 40

Segundo Pedro Graveto, “O lugar subiria depois de leste para oeste, da Calçada até à capela da Ajuda, situada já fora da povoação e (...) no século XVII diversos locais de culto, implantados à volta do lugar, serão assimilados por ele, passando a ser pontos marcantes da paisagem urbana.”⁷²

No século XVII, a cidade começa a ser cercada por construções religiosas e é nessa altura que surgiu uma das mais importantes igrejas no lugar, situada próximo à capela da Ajuda elevou-se a Igreja da Misericórdia cuja primeira pedra data o ano de 1621. Segundo T. Soeiro, “a Capela da Ajuda viu erguer-se nas suas vizinhanças a imponente Igreja da Misericórdia, Dotada por Amaro Moreira, abade de Ermelo, que fez construir por 1621”⁷³

Na segunda metade do século XVII devido a vários factores os habitantes tomaram iniciativa de se albergar para além destes dois santuários, indo ocupar a rua do Cimo de Vila. Surge de um interesse tanto na construção dos templos, assim como pelos habitantes de crescer para cotas superiores.

⁷² Idem, ibidem, p.40

⁷³ Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 30



Figura 22 Mapeamento dos edifícios religiosos (desenho de autor) – com base no levantamento de 2015 facultado pela C.M.P.

- 1- Igreja Matriz
- 2- Igreja da Misericórdia
- 3- Capela da Ajuda
- 4- Santuário da Piedade
- 5- Igreja do Carmo
- 6- Igreja de S. Francisco
- 7- Igreja dos Capuchos
- 8- Antiga capela do Hospital
- 9- Antiga Residência Episcopal



“Só para as cotas inferiores da encosta, em direcção ao vale do Sousa, a ocupação parece não se alastrar. Bem pelo contrário, esta área irá cedo perder prestígio.”⁷⁴

A grande taxa ocupacional situava-se nas cotas superiores, mais propriamente nas ruas que definiam o eixo principal do lugar que trespassava o burgo. Deste eixo nascem pequenas transversais que alargavam a malha. Sendo as mais relevantes, a Rua do Poço tangente ao alçado poente da igreja matriz (estendendo-se até interceptar a rua da Piedade de Baixo), a Quelha Larga (que ligava a rua Direita à Igreja da Misericórdia), a Rua Nova (que ligava a Rua de Cimo de Vila às traseiras da Misericórdia). Agregado às igrejas da Piedade e de S. Mamede nascem dois bairros com os mesmos nomes, dedicados a novas zonas de habitação – bairro da Piedade e bairro de Mamede. A traços rápidos, a malha do lugar seria esta, até a mesma ser elevada a vila em 1741.

4.4.2 Villa (Arrifana de Sousa)

Foi em 1741 por ordem de D. João V, que o lugar passa a ter administração municipal e albergar um juiz de fora elevando a categoria de vila, nunca perdendo o eixo principal da cidade, estrada real, que ia da calçada à rua cimo de vila.

⁷⁴ Soeiro, Teresa (1993), O progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910, Porto, p.202



Figura 23 Carta régia de 1741 que elevou arrifana de Sousa a Vila. Arquivo Municipal de Penafiel in Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 17



Figura 24 Rua direita in arquivo da Camara Municipal de Penafiel

Segundo Joaquim Mendes, “a primeira rua (...) era a então recém-denominada Rua do Carmo, que continuava ainda a ser, nesse tempo, a via de entrada no burgo para quem vinha das bandas do Porto.”⁷⁵

A calçada em 1762 era formada por quinze casas, e pela igreja do Carmo. Como refere Pedro Graveto, “a Calçada ia até à capela de Santo António, substituída pela igreja do Carmo no século XIX. Nesta rua, o Arruamento de 1762 constatou quinze casas, sete sobradadas e telhadas, com lojas e quintais e oito térreas, a maioria colmaças e com quintal.”⁷⁶ A rua direita à igreja da Matriz albergava setenta e quatro casas, que iniciava-se com casas térreas e à medida que se entra malha surgiam casas sobradadas com lojas no piso térreo e quintais, continuando o eixo da Matriz à rua de N^a S^a da Ajuda a leitura era a mesma, tendo oitenta e três construções, por último a rua da N^a S^a da Ajuda tinha oitenta e quatro casas na sua maioria sobradadas sendo para o final da rua começam a surgir pequenas casas térreas limitando o fim do povoado.

⁷⁵ Mendes, Joaquim (1998), Camilo e Penafiel, Penafiel: Ed. da C. M., Penafiel, p.27

⁷⁶ Graveto, Pedro (2000), Penafiel, A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p. 41

Segundo a mesma fonte, entre a Matriz e a Ajuda é o local onde surgem as transversais mais importantes do eixo principal, todas orientadas para sul, ou melhor, direccionadas para a estrada de Entre-os-Rios. Destas destaca-se as ruas do Poço e da Piedade, as duas tinham em 1762, aproximadamente quarenta e um fogos. A rua Chãs, e que acompanhava a Câmara do lado direito, continha quatro habitações do lado da Câmara e do lado oposto, um total de quarenta e uma, todas em banda, cujo as vinte e cinco primeiras eram sobradadas e com loja no piso térreo (fig25).



Figura 25 Planta parcial da cidade focando a rua Direita (desenho de autor) – com base no levantamento de 2015 facultado pela C.M.P.

⁷² Idem, ibidem, p.40

⁷³ Soeiro, Teresa (1994), Penafiel - Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, p. 30

Em relação a rua nova esta dividia-se em duas partes, uma entre a que-lha (fig.26) e a rua da Misericórdia e a outra da Misericórdia à S. Mamede. Devido a essa centralidade, o senado da camara por falta de espaço\ casa própria vai ocupar uma construção entre a Quelha e S. Mamede defronte à igreja da Misericórdia.

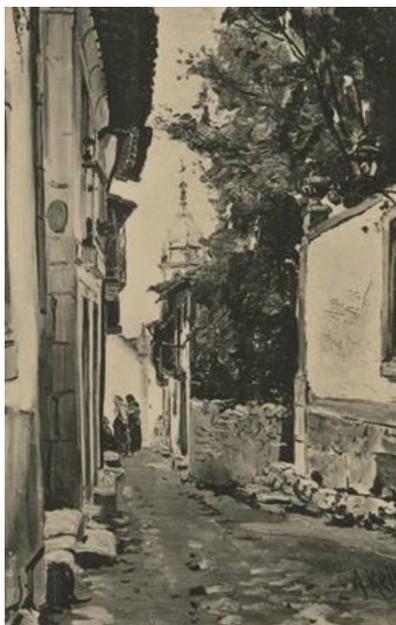


Figura 26 **Quelha típica de Penafiel** in arquivo da Camara Municipal de Penafiel

Quanto aos bairros, Pedro Graveto identifica, o dos Fornos que se situa-va a Sul entre a Matriz e Santo António Velho num total de vinte e duas habitações, ainda na Matriz, mas do outro lado da estrada ficava o bairro do Arrabalde com nove fogos e por último o bairro, mais pequeno, o do Carvalhal tangente ao dos Fornos com apenas cinco fogos. Estes seriam os novos bairros a acrescentar aos citados anteriormente o da Piedade e de S. Mamede. Na periferia ainda se encontravam os aros rurais da vila mais propriamente entre o rio Sousa e a vila.

⁷⁷ Termo regional usado para se referir a uma rua estreita ou viela.

4.4.3 Civita (Penafiel)

A elevação a cidade (1770) trouxe mais exigências ao povoado que não estava preparado. Ao eleger a Igreja da Misericórdia a Sé e o escolher uma casa, ali perto, a residência episcopal trouxe ao novo bispado prestigio à zona alta da cidade.

Assim, novas ruas foram abertas e novos edifícios foram construídos ,“abrir, alargar e alinhar as ruas, criar praças, construir um edifício con-digno para o funcionamento da Câmara, das audiências e da Cadeia fo-ram opções estratégicas assumidas e em grande medida atingidas até ao dealbar do século XIX.”⁷⁸



Figura 27 **Representação que mos-tra a vivência da praça Municipal antiga largo de Chãs** in arquivo da Camara Municipal de Penafiel

⁷⁸ Soeiro, Teresa (1993), O progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910, Porto, p.210

A Câmara em 1780, por ordem de desembargar o Paço, a Câmara ganha uma nova casa que há muito queria.

“ (...) a Caza do foral é um edifício, que merece contemplação. Esta situado na praça das Chãs a que faz frente pela parte do Noroest; he edificio nobre pela sua arquitectura tendo 150 palmos de frente e 70 de fundo, em cujos baixos estão as enxovias e segredos, e nos altos as cazas destinadas para Audiências do Geral, Camara com seo Archivo, prizões decentes, e habitação de carcereiro”.⁷⁹

O largo de Chãs, devido à nova fachada lateral da igreja da Misericórdia (que se abre para o mesmo) e com a construção de várias edificações particulares, começa a ganhar relevância e portanto, assim que a Câmara vem fechar o lado que faltava, este é tomado em força como o centro da urbanização.

Nas duas últimas décadas de setecentos, a ordem terceira do Carmo e a de S. Francisco reestruturam inúmeras capelas em igrejas.

Como refere Pedro Graveto, “estavam traçadas as linhas base de evolução da cidade que cabia mal na antiga malha, mas que ainda não era capaz de o romper. A segunda metade de setecentos viu-a crescer próxima da personalidade do arruado quinhentista, dignificando a alta, mais ampla e vazia, em desfavor da zona densa da Matriz.”⁸⁰

⁷⁹ Almeida, António d'(1815); Descrição Histórica e Topográfica da Cidade de Penafiel: Parte 3ª: Historico-Fizica, Penafiel, Cap.13-1

⁸⁰ Graveto, Pedro (2000), Penafiel – A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p.45

Nesta cidade, não se encontram eixos geometrizados de um plano, nem elementos de influências de D. José I, assim ficou até à primeira metade do século XIX, aquando, devido a guerra civil, a Capela dos Capuchos foi incendiada, e é cedida à Sé, que depois manda construir o Hospital.

Posteriormente a capela da praça é desprovida e convertida em sacristia da Igreja do Calvário, e neste sítio ainda surgirá o passeio da Bela Vista, miradouro para o rio, e ainda no alto do Cimo de Vila reconstrói-se a Capela de S. Bartolomeu.

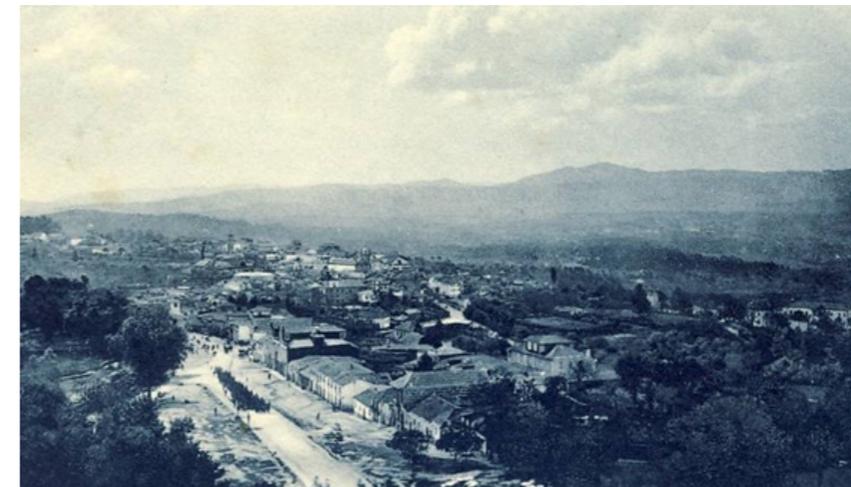


Figura 28 **Vista do santuário sobre a cidade** in arquivo da Camara Municipal de Penafiel

A certa altura começou-se a ler a cidade de uma outra forma, começou-se a pensar mais na rua, nas praças como elementos de redefinição de desenho urbano.

Para o arquitecto Pedro Graveto “ as povoações construídas ao longo de uma só rua, esta é um espaço autónomo e de desenvolvimento”

Desta forma a Câmara começa a pavimentar as ruas em 1750, as obras iniciam-se na rua Direita e continuam até a rua Cimo de Vila, do Poço e por último chegam até às ruas dos bairros do Arrabalde e de Fornos.

A Sé procurou marcar mais a sua imponência no local abrindo um portal para uma rua secundária e ainda realinou-se o Calvário e da Piedade de Cima com a estrada real.

No final do século, por volta de 1870, abre-se duas novas ruas que vais romper com a malha antiga de Arrifana. A Câmara elabora uma via, que liga a rua do Carmo à estrada da Aveleda, passando por baixo do quartel terminando na praça Municipal facilitando o tráfego entre centro e a estação de caminho-de-ferro.

⁸⁰ Graveto, Pedro (2000), Penafiel – A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p.46



Eixos estruturantes da cidade

5 Eixos estruturantes da cidade

5.1 Matriz – Misericórdia

A forma como uma cidade flui ou é criada, está claramente ligada à sua função ou uso, como, quando, Domingos Tavares refere que a sociedade “transpõe para a imagem final do meio o quadro de valores em que se move, relacionando a organização do seu quotidiano vivencial com o suporte físico em que se instala. A cultura resulta de um misto de valores sociais e situais, expressa na arquitectura de um povo”⁸². No caso de Penafiel podemos relacionar esta ideia com o facto de ser uma cidade de passagem e comercial.

Este capítulo tende mais para uma reinterpretação, ou crítica, da caracterização da forma urbana, assim como perceber como a arquitectura por si a pode transformar, como por exemplo quando comparamos as cidades muçulmanas com as romanas deparamo-nos com características exclusivas de cada uma delas.

Como o arquitecto Pedro Graveto menciona “o momento da interpretação, de como se olha para a cidade, é o mais importante”⁸³. Assim sendo pretendo aplicar toda a parte teórica à cidade, quer a partir de uma interpretação mais intuitiva, procurando uma lógica ou relação entre ruas, quer a partir de uma interpretação mais formal, perceber como a arquitectura orienta o crescimento.

⁸² Tavares, Domingos (1985), Porto, Da Rua Formosa à Firmeza, ESBAP, p. 3

⁸³ Graveto, Pedro (2000), Penafiel – A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p.97

No caso de Penafiel, a igreja Matriz e da Misericórdia servem como elementos organizadores da cidade como refere Pedro Graveto quando diz que as igrejas “assumiram-se como os elementos primários estruturantes na caracterização desta cidade, gerando e gerindo o seu desenvolvimento.”⁸⁴

Seguindo esta linha de pensamento podemos dizer que existe um eixo base que liga as duas igrejas. Portanto é por esta ligação que vou focar para perceber os princípios de crescimento da cidade.

Quando entramos pela parte mais antiga da cidade no século XIX, na visão de Amorim (1856), “parece que estamos no meio de uma povoação árabe; as ruas são estreitas pela maior parte (...), algumas nunca foram calçadas.”⁸⁵

As entradas da cidade são claramente estruturantes, podemos verificar que regulam toda a forma urbana até ao núcleo central onde se encontra a Matriz. A igreja Matriz confirma-se como elemento primário de estruturação do aglomerado.

⁸⁴ Graveto, Pedro (2000), Penafiel – A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p.98

⁸⁵ Amorim, F. G. d' (1856), Viagem ao Minho - "O Panorama", Lisboa, p.234

Segundo Pedro Graveto “ A estrada medieval terá puxado a povoação para nordeste da igreja de S. Martinho de Mozares, transferindo a paróquia para a igreja do Espírito Santo, construída onde estava uma capela desde a baixa idade média, e mais tarde substituída pela actual Matriz. As várias plantas verificam que esta entrada medieval parece forçar o seu traçado inicial, na sua chegada à Rua de Santo António Velho, puxando-o para que a Rua Direita se possa depois desenhar de forma mais linear.”⁸⁶

Ao observar a cartografia antiga e os registos descritivos deixados e que segundo Pedro Graveto e Teresa Soeiro é possível que na extensão da calçada até a rua Direita tivesse algum elementos marcante que levasse ao surgimento da vila, pois não há qualquer explicação ou motivo que levasse a instalar no novo local, “Toda esta reflexão reforça a hipótese de ter sido a igreja existente no local da actual Matriz a condicionar o traçado inicial desta rua e da sua ligação à estrada medieval, devido à importância daquele templo como elemento primário.”⁸⁷

Quando surge a segunda estrada que liga a cidade do Porto a Vila Real, e a partir do momento que ela entra pela área urbanizada adentro, tornasse um novo meio de expansão da cidade, sendo a igreja da Misericórdia a orientadora da nova via.

⁸⁶ Graveto, Pedro (2000), Penafiel – A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p.99

⁸⁷ Idem, ibidem, p..100



Figura 29 Antiga rua Formosa in arquivo da Camara Municipal de Penafiel

Como afirma Pedro Graveto “Todo o percurso e a chegada a esta igreja, num espaço desafogado e em posição de destaque, evidenciam a preferência deste elemento primário. Foi seguramente este o ponto utilizado para traçar esta ligação à cidade, abrindo uma nova geratriz urbana.”

Portanto com estes dois braços da cidade, ficamos a conhecer os dois eixos que lhe dão forma, de desenho em Y, estruturado pela ligação Matriz-Misericórdia. Cada uma dessas igrejas define um dos braços do Y, mas é o sistema criado pelos braços que gere a cidade.

É de salientar que sistemas como estes são gerados por um ou mais elementos primários. O sistema é tido como um conjunto expansivo geral e estruturado dos elementos primários.

⁸⁸ Idem, ibidem, p.100

No caso do sistema de Penafiel o primeiro eixo liga 2 elementos primários, e posteriormente surgirá outro formando o Y. O primeiro eixo não é directo já a Misericórdia encontra-se recuada em relação à rua e por se encontrar numa saída da rua direita. Este Y terá um terceiro eixo que acaba por nunca ter força o suficiente para o desenvolvimento da cidade.

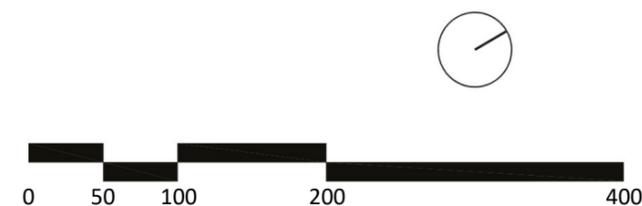
Assim refere Pedro Graveto “No nosso caso, dois elementos primários associam-se segundo um eixo específico que depois abrirá um novo braço, formando o Y referido. Este eixo não é directo, pois a igreja da Misericórdia encontra-se numa saída da Rua Direita, permitindo a autonomia que apresenta na ligação à Rua Nova. Este Y base e a igreja da Misericórdia irão ainda atrair um percurso antigo ligado à igreja Matriz, afirmando um terceiro braço ate ao centro da cidade, expressão de alguma definição radial na estruturação geral da cidade.”

5.2 Sistema Y

O sistema como referido, anteriormente, liga os elementos primários, mas não só. O mesmo também é reforçado por outros elementos ordenadores, que estão estrategicamente bem posicionados e que de alguma forma relacionam-se com os elementos primários.

⁸⁶ Idem, ibidem, p.101

Figura 30 Planta representativa do sistema Y (desenho de autor) – com base no levantamento de 2015 facultado pela C.M.P.



Como refere Pedro Graveto dando “o exemplo da capela da Ajuda, antes no centro deste Y e que teve de recuar para a sua posição actual, corrigida pela acção estruturante deste sistema.”⁹⁰, ou seja a capela teve a sua implantação deslocada para reforçar o sistema.

Para salientar mais a força do sistema podemos reparar que a Matriz debruça-se sobre o primeiro eixo enquanto a que a Misericórdia redefine um dos seus alçados para privilegiar os dois eixos.

“A Matriz destaca a sua fachada principal, e a Misericórdia expõe principalmente duas, estando ambas as igrejas viradas para o eixo principal e não rematando nenhuma rua, mas preferindo o sistema.”⁹¹

A Matriz encontra-se numa zona de passagem do sistema enquanto a Misericórdia têm a sua fachada para um espaço aberto resultando posteriormente no novo centro, assim como a abertura da avenida Pedro Guedes que acabou por se englobar no sistema, ou seja, esta Av. causou uma inflexão no Y e criou-se intuitivamente um nó de distribuição no novo centro.

Pedro Graveto afirma ainda que “ No sistema Matriz-Misericórdia actual, exemplos como estes permitem abstractamente constatar que a primeira igreja estrutura a cota inferior e a segunda a superior”⁹².

⁹⁰ Idem, ibidem, p..108

⁹¹ Idem, ibidem, p..109

⁹² Idem, ibidem, p..109

Em suma em 1700 a rua direita alinhava-se pela Matriz de forma linear, já em 1880 surge o segundo braço convergente da capela perdendo assim a característica linear. Em 1940 as novas ruas criam rupturas a partir dos elementos ordenadores que renovam e expandem a cidade, e por ultimo no ano 2000 o sistema apesar de ainda funcionar, a sua leitura encontrasse dificultada devido às excessivas rupturas que foi sofrendo.

Assim refere Pedro Graveto:

“O arruado inicial, perto de 1700, alinhava pela Matriz e apresentaria uma forma de base linear, enquanto em 1880 já perdura a sua expressão com dois braços convergentes na capela da Ajuda. Resultante do sistema Matriz-Misericórdia, o novo espaço urbano ainda traduz uma forma desorganizada, com preenchimentos de áreas e ruas estreitas, onde a leitura do Y ainda se destaca mais devido ao contraste (...)Até 1940, as novas ruas criam rupturas e revitalizam o sistema, formando uma articulação geral mais definida ou mista com o tecido espontâneo existente. Estruturadas em elementos ordenadores, as novas ligações renovam e expandem a cidade, como sucede com a Avenida Pedro Guedes que rompe o tecido e cruza o sistema, ligando-se ao seu segundo braço e encarando a Misericórdia. A cidade de 2000 alcança a capela de Santa Luzia (...) no entanto, a sua leitura imediata ficou comprometida pelas rupturas e alterações nele introduzido”⁹³.

⁹³ Idem, ibidem, p.111

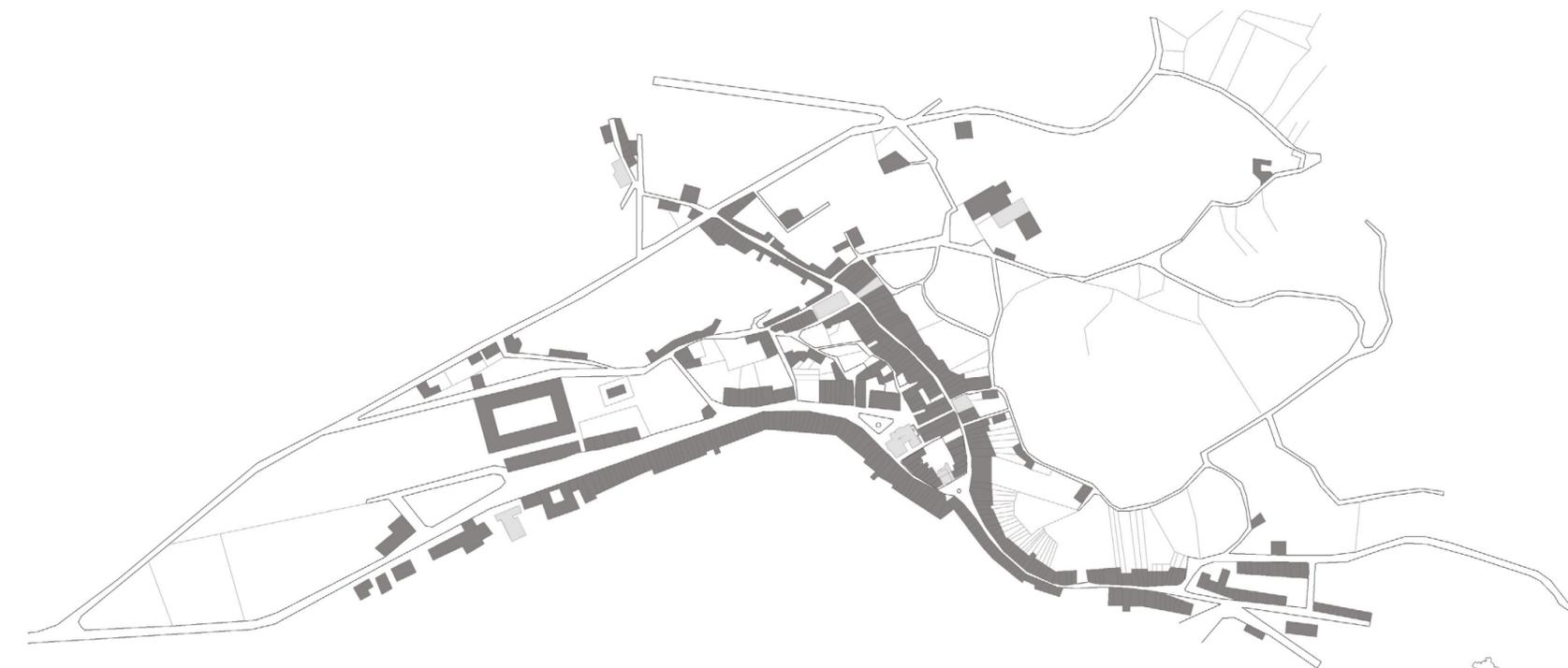


Figura 31 **Tecido urbano da cidade de Penafiel em 1880** (desenho de autor) – com base em desenhos de Pedro Graveto in Graveto, Pedro (2000), Penafiel – A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p.112

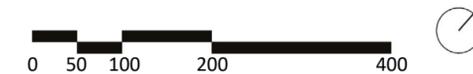


Figura 32 **Tecido urbano da cidade de Penafiel em 1940** (desenho de autor) – com base em desenhos de Pedro Graveto in Graveto, Pedro (2000), Penafiel – A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p.113





Figura 33 **Tecido urbano da cidade de Penafiel em 1997** (desenho de autor) – com base em desenhos de Pedro Graveto in Graveto, Pedro (1997), Penafiel – A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p.32

Figura 35 **Tecido urbano da cidade de Penafiel em 2015** (desenho de autor) – com base no levantamento de 2015 facultado pela C.M.P.



5.3 Conclusão

Para concluir, é necessário relembrar as diversidades urbanas que fomos elegendo nos primeiros capítulos, portanto é preciso afastarmo-nos da cidade para podermos contemplá-la como um todo.

Se relembramo-nos do que foi dito por Kevin Lynch, Gordon Cullen, Rob Kier, e Aldo Rossi, podemos ver que a cidade de Penafiel responde a alguns dos conceitos ou princípios defendidos pelos autores.

Como, a legibilidade de Lynch, quando descrevemos a cidade, com uma forma arruada de construções em banda moldadas pelo declive do monte, estamos claramente a usar a legibilidade para a descrever, reforçando a ideia de linearidade da cidade. Esta imagem foi forte o suficiente para o observador, Alexandre Herculano, a descreve, quando a visitou pela primeira vez, como “insignificante – quase unicamente uma longa rua”⁹⁴.

Depois, se debruçarmo-nos sobre esta rua “insignificante” percebemos que era a rua direita. Estas ruas tinham como objectivo serem a sua rua mais importante das cidades medievais portuguesas servido de diretrizes para o tecido. Neste sentido, surge o conceito de Cullen, sobre a relação dos elementos urbanos, sendo a rua direita muitas vezes o meio de ligação entre estes elementos organizadores do tecido urbano. No caso de Penafiel a rua direita ligou a parte baixa com a alta da cidade, ou seja, ligou a Igreja Matriz com a Igreja da Misericórdia, posteriormente elevada a Sé do aglomerado.

⁹⁴ Soeiro, Teresa (1993), O progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910, Porto, p.78

É de referir que esta cidade tem uma forte relação com o clero e foi esta relação que a transformou ao longo dos séculos. Umas vezes condicionando, como quando o poder eclesiástico da cidade do Porto impedia o crescimento da cidade (quando esta foi elevada a vila e posteriormente a cidade), outras vezes encorajando a expandir-se, como quando se ergue a Igreja da Misericórdia.

Ainda sobre a rua direita, Kier vê a praça como o elemento mais importante ao invés da rua, e que a rua é uma consequência das praças, contudo se um povoado surge de uma rua e esta tem uma função forte o suficiente para ser equiparada com a praça a rua ganha o poder organizador do povoado, isto está claramente presente no desenvolvimento da cidade de Penafiel. A cidade surge da necessidade de se instalar pontos de comércio na estrada que ligava o Porto a Vila Real, desta forma a rua direita de Penafiel ganha função comercial, portanto a maior parte dos pisos térreos das casas que se instalaram ao longo da rua continham lojas de comercializações várias, para atender vários tipos de mercados.

Por último, temos o conceito de tempo de Aldo Rossi, este menos directo que os conceitos anteriores. Deste conceito, podemos salientar que à medida que a cidade foi expandindo foi perdendo o carácter de arruamento e de linearidade que esteve presente desde o início, aparecendo as primeiras ruas perpendiculares e bifurcações à rua direita surgindo o novo tecido da cidade.

As primeiras entradas da cidade serviam como elementos base para toda a forma urbana. A igreja Matriz condicionava o primeiro braço – rua Direita – até à Misericórdia. O segundo braço criava uma nova geratriz, pela rua formosa, a cidade descobre o desenho em Y composto pelo Sistema Matriz-Misericórdia. E como já referido anteriormente “A ligação destes elementos primários afirmou-se como um sistema específico, personalizador desta cidade. A arquitectura revelou-se como a principal base constituinte, persistente e estruturante, essencial para caracterizar a identidade da cidade.”⁹⁵

Confirma-se que Penafiel cresce, levando em consideração as suas origens assim como, tenta renová-las. A importância destes elementos primários manifestam-se tanto na forma, como na distribuição de outras entidades na cidade.

Concluindo, Penafiel já foi uma urbanização totalmente linear, mas com o desenvolvimento ficamos perante uma cidade de linearidade dupla, convergindo na Misericórdia, ou seja, é uma variação da cidade antiga linear. O sistema em forma de Y, que apoia todo o desenvolvimento da cidade, assim como a disposição dos elementos primários e as habitações em banda ao longo das ruas retractam espontaneamente a raiz desta urbanização. Um local de comercialização e de passagem.

⁹⁵ Graveto, Pedro (2000), Penafiel – A Matriz até à Misericórdia, Universidade de Coimbra, p.118



Bibliografia

6.1 Bibliografia

Aguiar, J. Monteiro d';
Penafiel antiga: Subsídios para a futura monografia do concelho, Penafiel, 1936.

Alarcão, Jorge de;
Portugal Romano, Lisboa, 1974.

Almeida, António d';
Descrição Histórica e Topográfica da Cidade de Penafiel: Parte 3ª: Histórico-Física, Penafiel, 1815.

Amorim, F. G. d';
Viagem ao Minho - "o Panorama", Lisboa, 1856.

Benevolo, Leonardo;
A Cidade na História da Europa, Lisboa, 1995.

Camara Municipal de Penafiel, relatório..., 1930-1945, 4 vols.

Carvalho, Sérgio Luís;
Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo, Lisboa, 1989

Confluência;
Penafiel, Circulo Cultural Penafidelense, 1984-1987, 3 vols.

Costa, Alexandre Alves;
"Valores permanentes da Arquitectura Portuguesa" in Vértice, série 19, II. Lisboa, 1989.

Cullen, Gordon;
Paisagem Urbana, Lisboa: livraria clássica, 1996.

Fernandes, José Manuel;
"O lugar da cidade portuguesa" in Povos e Culturas. Nº 2, U.C.P., 1987

Ferreira, José Coelho;
Penafiel há cem anos, Penafiel, 1995.

Gaspar, Jorge;
"A propósito da originalidade da cidade muçulmana" in Finisterra, Vol. III, no 5, Lisboa, 1968.
"A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Media" in Finisterra, Vol. IV, nº 8, Lisboa, 1969.
"Estudo geográfico de aglomerações urbanas em Portugal Continental" in Finisterra Vol. X, nº 19, Lisboa, 1975.

Graveto, Pedro;
Penafiel, A Matriz até à Misericórdia, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000.

Krier, Rob;
Urban Space, London: Academy Editions, 1991.

Lamas, José Garcia;
Morfologia urbana e desenho da cidade, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

Lynch, Kevin;
A imagem da Cidade, Lisboa: edição 70, 1996.

Madeira da Silva, Teresa;
Estudo Morfológico da Cidade de São Tome no Contexto Urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa, Vol. I, Lisboa, 1998.

Marques, A. H. de Oliveira;
Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa, Lisboa, 1988.

Mendes, Joaquim;
Camilo e Penafiel, Penafiel: Ed. da C. M., Penafiel, 1998.
Da origem, formação e desenvolvimento de Arrifana de Sousa e Penafiel, Penafiel: CMPNF, 1992.

Portas, Nuno;
“Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas” in Estudos de História de Arte; (Homenagem a Artur Nobre Gusmão), Lisboa, 1995.

Rossa, Walter;
A Cidade Portuguesa, in Historias da arte Portuguesa, Vol.III, Direcção de Paulo Pereira, Lisboa, 1995.

Rossi, Aldo,
A Arquitectura da Cidade, Lisboa: edição Cosmo, 1997.
Autobiografia Científica, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

Salgueiro, Teresa Barata,
“A espacialidade no tempo urbano” in Penelope, nº7, 1992.

Siza, Álvaro;
Imaginar a evidência, Lisboa: edições 70, 2000.

Soeiro, Teresa;
O progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910, Porto, 1993
Penafiel, Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa: Editorial Presença. 1994.

Tavares, Domingos;
Da Rua Formosa à Firmeza, Porto: ESBAP, 1985

Teixeira, Manuel e Margarida Valla;
O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil, Lisboa, 1998.

ZEVI, Bruno;
Saber ver a arquitectura, São Paulo: Martins Fontes, 1978.

6.2 Índice de figuras

FIGURA 1 “PONTOS E DIRECÇÕES” IN LYNCH, KEVIN (1996), A IMAGEM DA CIDADE, LISBOA, P. 59,97,109

FIGURA 2 DESENHOS BASE USADOS NAS ENTREVISTAS PARA CONSTRUIR OS MAPAS IN LYNCH, KEVIN (1996), A IMAGEM DA CIDADE, LISBOA, P. 98

FIGURA 3 “PAPEL CHAVE” REALIZADO PELA SCOLLAY SQUARE NA CIDADE DE BOSTON IN LYNCH, KEVIN (1996), A IMAGEM DA CIDADE, LISBOA, P. 187

FIGURA 4 “VISÃO SERIAL” IN CULLEN, GORDON (1996), PAISAGEM URBANA, LISBOA, P.19

FIGURA 5 AS TRÊS FORMAS BASES DOS ESPAÇOS URBANOS IN KRIER, ROB (1991), URBAN SPACE, LONDON: ACADEMY EDITIONS, P. 22

FIGURA 6 VARIAÇÕES MORFOLÓGICAS DE ESPAÇOS URBANOS IN KRIER, ROB (1991), URBAN SPACE, LONDON: ACADEMY EDITIONS, P. 30

FIGURA 7 TECIDO URBANO DA CIDADE DE TOMAR IN SALGUEIRO, TERESA BARATA; 1992, A CIDADE EM PORTUGAL - UMA GEOGRAFIA URBANA, PORTO,P. 167

FIGURA 8 “LISBOA DO SÉCULO XVI CIVITATES ORBIS TERRARUM DE GEORG BRAUN. VOL. V. COLÓNIA. 1598” IN GARCIA, JOSÉ MANUEL; 1992, PORTUGAL E OS DESCOBRIMENTOS (CATÁLOGO), P. 24

FIGURA 9 8 PLANOS DE BASTIDES FRANCESAS IN LAMAS, JOSÉ GARCIA;1993,MORFOLOGIA URBANA E DESENHO DA CIDADE, LISBOA: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, P.161

FIGURA 10 "LISBOA NO SÉCULO XV" IN CARVALHO, SÉRGIO LUÍS (1989), CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS: UMA INTRODUÇÃO AO SEU ESTUDO, LISBOA, P. 27

FIGURA 11 TRAÇADO DAS MURALHAS DA CIDADE DO PORTO, PORTAS DA CIDADE DO PORTO IN MAGALHÃES, MANUEL (2011), [HTTP://FOIAS-SIMK.BLOGSPOT.PT/2011/02/TRACADO-DAS-MURALHAS-DA-CIDADE-DO-PORTO.HTML](http://foias-simk.blogspot.pt/2011/02/tracado-das-muralhas-da-cidade-do-porto.html)

FIGURA 12 CAPELA DE SANTA LUZIA IN SOEIRO, TERESA (1994), PENAFIEL - CIDADES E VILAS DE PORTUGAL, LISBOA, P. 15

FIGURA 13 SANTUÁRIO DE Nª Sª DA PIEDADE IN ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

FIGURA 14 TELA DE PENAFIEL DE 1813 IN SOEIRO, TERESA (1994), PENAFIEL - CIDADES E VILAS DE PORTUGAL, LISBOA, P. 31

FIGURA 15 GRAVURA DE 1885 REPRESENTANDO A VISTA DO NORDESTE DA CIDADE. PORTUGAL PITTORESCO IN SOEIRO, TERESA (1994), PENAFIEL - CIDADES E VILAS DE PORTUGAL, LISBOA, P. 7

FIGURA 16 REPRESENTAÇÃO DO ENTRE DOURO E MINHO, COM INDICAÇÃO DE ARRIFANA DE SOUSA, NA CARTA DE FERNANDO ALVARES SECO [1600], (1.ª ED. 1561) IN SOEIRO, TERESA (1994), PENAFIEL - CIDADES E VILAS DE PORTUGAL, LISBOA, P.11

FIGURA 17 PENAFIEL - IGREJA MATRIZ IN ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

FIGURA 18 IGREJA DA MISERICÓRDIA IN ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

FIGURA 19 PONTE MEDIEVAL DE CEPÊDA, SOBRE O RIO SOUSA IN SOEIRO, TERESA (1994), PENAFIEL - CIDADES E VILAS DE PORTUGAL, LISBOA, P. 24

FIGURA 20 RELAÇÃO DA CIDADE DE PENAFIEL COM O TERRITÓRIO (DESENHO DE AUTOR) – COM BASE NO LEVANTAMENTO DE 2015 FACULTADO PELA C.M.P.

FIGURA 22 MAPEAMENTO DOS EDIFÍCIOS RELIGIOSOS (DESENHO DE AUTOR) – COM BASE NO LEVANTAMENTO DE 2015 FACULTADO PELA C.M.P.

FIGURA 23 CARTA RÉGIA DE 1741 QUE ELEVOU ARRIFANA DE SOUSA A VILA. ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL IN SOEIRO, TERESA (1994), PENAFIEL - CIDADES E VILAS DE PORTUGAL, LISBOA, P. 17

FIGURA 24 RUA DIREITA IN ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

FIGURA 25 PLANTA PARCIAL DA CIDADE FOCANDO A RUA DIREITA (DESENHO DE AUTOR) – COM BASE NO LEVANTAMENTO DE 2015 FACULTADO PELA C.M.P.

FIGURA 26 QUELHA TÍPICA DE PENAFIEL IN ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

FIGURA 27 REPRESENTAÇÃO QUE MOSTRA A VIVÊNCIA DA PRAÇA MUNICIPAL ANTIGA LARGO DE CHÃS IN ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

FIGURA 28 VISTA DO SANTUÁRIO SOBRE A CIDADE IN ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

FIGURA 29 ANTIGA RUA FORMOSA IN ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

FIGURA 30 PLANTA REPRESENTATIVA DO SISTEMA Y (DESENHO DE AUTOR) – COM BASE NO LEVANTAMENTO DE 2015 FACULTADO PELA C.M.P.

FIGURA 31 TECIDO URBANO DA CIDADE DE PENAFIEL EM 1880 (DESENHO DE AUTOR) – COM BASE EM DESENHOS DE PEDRO GRAVETO IN GRAVETO, PEDRO (2000), PENAFIEL – A MATRIZ ATÉ À MISERICÓRDIA, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, P.112

FIGURA 32 TECIDO URBANO DA CIDADE DE PENAFIEL EM 1940 (DESENHO DE AUTOR) – COM BASE EM DESENHOS DE PEDRO GRAVETO IN GRAVETO, PEDRO (2000), PENAFIEL – A MATRIZ ATÉ À MISERICÓRDIA, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, P.113

FIGURA 33 TECIDO URBANO DA CIDADE DE PENAFIEL EM 1997 (DESENHO DE AUTOR) – COM BASE EM DESENHOS DE PEDRO GRAVETO IN GRAVETO, PEDRO (1997), PENAFIEL – A MATRIZ ATÉ À MISERICÓRDIA, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, P.32

FIGURA 34 TECIDO URBANO DA CIDADE DE PENAFIEL EM 2015 (DESENHO DE AUTOR) – COM BASE NO LEVANTAMENTO DE 2015 FACULTADO PELA C.M.P.

Anexos

Anexo A

Enunciado

vertente prática

ISCTE-IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Mestrado Integrado em Arquitectura

PROJECTO FINAL DE ARQUITECTURA

5ºano, ano lectivo 2015/2016

Docente: Pedro Botelho

1- Os exercícios da UC de Projecto Final de Arquitectura do MIA no ano lectivo 2015/2016 serão desenvolvidos no âmbito do «Concurso Universidades», integrado na programação da Trienal de Arquitectura de Lisboa 2016, com o Tema «Sines-Industria e Estrutura Portuária».

É a oportunidade de trabalhar, em simultâneo com a maior parte das Escolas de Arquitectura do país, num dos Temas centrais da Estratégia de Desenvolvimento para Portugal dos últimos cinquenta anos (consultar a documentação enviada pela Trienal).

2-Pretende-se que os alunos desenvolvam simultaneamente trabalhos a várias escalas de concepção e projecto, explorando as múltiplas articulações possíveis desde a escala do território às do projecto de Arquitectura dos edifícios e vice-versa.

Pretende-se que os alunos desenvolvam o seu trabalho com base no entendimento do lugar e do contexto, dos seus problemas/potencialidades, nas diversas estruturas naturais, sociais e construídas.

Trata-se de encontrar uma estratégia de intervenção em que a definição do Espaço Público edificado e não edificado cumpra a sua função eminentemente estruturante do território. Trabalhar e investigar os programas para os edifícios e para o espaço público que melhor cumpram os objectivos de requalificação/regeneração do território em estudo. Seleccionar os locais a intervir com exactidão e rigor, integrando os valores patrimoniais existentes na estratégia geral de intervenção.

Pretende-se que os alunos desenvolvam em grupo uma leitura crítica do território proposto fundamentada no estudo da sua evolução/desenvolvimento ao longo do tempo. Este estudo permitirá a compreensão e a representação deste nas suas três principais componentes:

- Espaços não ocupados por construção (vazios, verde, água, etc...).
- Redes de distribuição de fluxos (vias férreas, de trânsito automóvel, pedonais etc...)
- Massas de construção (corrente, industrial, comercial etc...)

Deverá ser dada especial atenção às grandes transformações operadas na paisagem natural e construída entre os períodos anterior e posterior à concretização de todas as infra-estruturas portuárias/industriais e sobretudo às profundas alterações de escala daí resultantes.

Pretende-se que a partir da compreensão geral do território os estudos sejam aprofundados com o desenvolvimento de uma estratégia individual ou de grupo, para a reabilitação do Núcleo Urbano, e da Arriba e zona ribeirinha que o limitam a SW, desde o Cabo de Sines até à Pedreira.

Deverá ser dada especial atenção; aos percursos que vão desde a Casa Emmérico Nunes à Casa Pidwell e ao seu possível prolongamento até à Pedreira, à marginal desde a Antiga Calheta ao Café do Clube Naval e à Arriba com as suas rampas, escadas, elevador e coberto vegetal.

3- Ao longo do ano serão desenvolvidos três exercícios:

A-Leitura crítica do território proposto

Trabalho de grupo, caderno A2 com desenhos e texto dos momentos mais significativos de crescimento identificando os principais problemas/potencialidades das **estruturas na construídas** e do seu funcionamento.

Entrega e discussão dos trabalhos na semana de 16 a 20 de Novembro

B- Estratégia de Requalificação do núcleo urbano e áreas ribeirinhas confinantes

Trabalho individual ou de grupo, caderno A3 com desenhos texto e maquete.

Entrega e discussão dos trabalhos na semana de 14 a 18 de Dezembro

Os programas dos edifícios (reabilitação/reconversão e/ou construção nova) prioritariamente para Turismo/lazer/negócio ou Ensino/investigação e serão apresentados e discutidos em Janeiro de 2016. Para o desenvolvimento de qualquer projecto de reabilitação/reconversão de edifícios é indispensável garantir o acesso ao seu interior nos casos em que o levantamento já existe.

C- Projecto para o(s) edifício(s) e espaço(s) público(s) definido(s) em B

Trabalho individual, plantas cortes e alçados, memória descritiva, modelo 3D, maquete as seguintes fazes:

-**Programa Base** (deverá proporcionar a compreensão clara das soluções)

-Entrega e discussão dos trabalhos na semana de 1 a 5 de Fevereiro

-**Estudo Prévio** (deverá proporcionar a compreensão clara das soluções e a definição dos processos de construção)

-Entrega e discussão dos trabalhos na semana 14 a 18 de Março

-**Projecto Base** (deverá proporcionar a compreensão clara das soluções, a definição dos processos construtivos e o modo da sua execução)

-Entrega e discussão dos trabalhos na semana de 18 a 22 de Abril

-A selecção dos trabalhos para a Trienal será feita na semana de 25 a 29 de Abril

-**Projecto Final** (deverá proporcionar a compreensão clara das soluções, a definição dos processos construtivos e o modo da sua execução com plantas e cortes construtivos)

--Entrega até ao final de Junho ou Julho

4-A avaliação de PFA será feita em júri de acordo com o estabelecido no artigo 22º do Regulamento Específico de Avaliação de Conhecimentos e Competências e nas Normas Orientadoras para a Dissertação ou Trabalho de Projecto do 2º ciclo /BOL. A apreciação dos trabalhos será feita de modo contínuo e incide sobre os trabalhos desenvolvidos pelos alunos e a sua participação efectiva tanto nos trabalhos de grupo como individuais. Será dada especial atenção à regularidade da presença dos alunos nas aulas e à interacção com o docente.

Anexo B

Enunciado
vertente teórica

Para os alunos do MIA 2015-2016. Componente teórica PFA

Orientação: Teresa Madeira da Silva

ORIENTAÇÕES PARA COMO ESCREVER UM ENSAIO

“Um ensaio académico é um texto para discutir determinado tema, de relevância teórica e científica, com base teórica em livros, revistas, artigos publicados, entre outros”.

Uma modalidade de texto bastante usada na academia é o ensaio. Consiste na exposição das ideias e pontos de vista do autor sobre determinado tema, buscando originalidade no enfoque, sem, contudo, explorar o tema de forma exaustiva.

Para redigir um ensaio académico é bom que saiba:

- a ideia principal (uma tese) é defendida pelo autor e, portanto, é preciso expressar claramente qual é essa ideia. O leitor de um ensaio académico espera ser informado corretamente sobre o tema a ser tratado e como o mesmo será trabalhado.

- Para os ensaios académicos é adotada, normalmente, a estrutura lógica típica de um texto científico (título, lista de autores, resumo, introdução...). A ideia a ser defendida já aparece de forma sucinta no título e no "Resumo" e, posteriormente, é apresentada com mais detalhes, na "Introdução".

FORMATO TÍPICO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS OU ENSAIOS

(A ordem que se apresenta não corresponde, à sequência pela qual são escritas, mas sim como são apresentadas. Na prática, as conclusões, a introdução e o resumo são geralmente os últimos a serem produzidos, e o título sofre muitas vezes alterações radicais de última hora).

Título. Descreve de forma lógica, rigorosa, breve e gramaticalmente correcta a essência do artigo. Por vezes opta-se por títulos com duas partes, como o deste texto.

Agradecimentos. Os agradecimentos são facultativos, no entanto, um artigo científico resulta com frequência do empenho de muita gente, para além dos que o assinam como autores – elementos da equipa e amigos que contribuíram, de uma forma ou outra, para a sua existência e qualidade, podem ser mencionados.

Resumo (Abstract). Não deve exceder 200 palavras e deve especificar de forma concisa, mas não telegraficamente:

1. O que é que o autor fez.
2. Como o fez (se for relevante).
3. Os principais resultados.

4. A importância e alcance dos resultados.

O resumo não é uma introdução ao artigo, mas sim uma descrição sumária da sua totalidade, na qual se procura realçar os aspectos mencionados. Deverá ser discursivo, e não apenas uma lista dos tópicos que o artigo cobre. Deve-se entrar na essência do resumo logo na primeira frase. Não se devem citar referências bibliográficas no resumo.

Palavras-chave (Keywords). As palavras-chave caracterizam o domínio ou domínios em que ele se inscreve. Devem escolher-se palavras-chave tão gerais e comuns quanto possível. Um bom critério é seleccionar as que usaríamos para procurar na Web um artigo semelhante ao nosso.

Índice do texto.

Índice das figuras.

Glossário das Siglas. (se for o caso).

Introdução. A introdução de um ensaio académico apresenta a ideia a ser explorada e trabalhada, sugere a linha de argumentação a ser adotada e esboça a organização do restante do texto. Fornece ao leitor o enquadramento para a leitura do ensaio, e deve esclarecer:

1. Definição do tema (Por que escolheu este tema?; O que vai argumentar?; Descrição da estrutura do ensaio).
2. O estado da arte no domínio abordado (com referências bibliográficas), e
3. O objectivo do artigo e sua relevância para fazer progredir o estado da arte.
4. A metodologia utilizada para desenvolver o trabalho.

Corpo do artigo. Constitui a descrição, ao longo de vários parágrafos, de todos os pontos relevantes do trabalho realizado. Inclui a análise e desenvolvimento do tema escolhido. (Mencione bibliografia para justificar as suas ideias e conclusões, faça citações e comentários).

Conclusões. Devem ser enunciadas claramente, e deverão cobrir:

1. O que é que o trabalho descrito conseguiu e qual a sua relevância.
 2. As vantagens e limitações das propostas que o artigo apresenta. (Poderá aqui introduzir um comentário pessoal ao tema).
- Quando for caso disso, deve incluir-se ainda:
4. As referências a eventuais aplicações dos resultados obtidos.
 5. Recomendações para trabalhos futuros.

Referências. Trata-se de uma listagem dos livros, artigos ou outros elementos bibliográficos que foram referenciados ao longo do artigo por ordem alfabética. Existem várias normas de referência. (Combinar com o Orientador).

Exemplos:

MONOGRAFIA/LIVRO: Brandão, Pedro (2006), *O arquitecto e outras imperfeições: ética, identidade e perspectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte.

ARTIGOS EM REVISTAS: Baptista, Luís Santiago e Paula Melâneo (2011), "Experiências Participativas – Perspectivas Críticas", *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 90/91, pp.28-41.

REFERENCIAS NA WEB: Dias, Manuel Graça (2013), "Qualquer coisa que suponho como certa, outra vez", *Público*. Disponível em: <http://www.publico.pt/cultura/noticia/qualquer-coisa-que-suponho-certa-outra-vez-1609102> (acesso em 22-03-2014)

adaptado de:

(autor desconhecido) "Dicas sobre como escrever um ensaio" in:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116800/dicas_sobre_como_escrever_um_ensaio.pdf?sequence=1 acesso em 18-09-2015

FIGUEIREDO, António Dias de, (s.d). Escrever um artigo científico: das partes para o todo, departamento de engenharia informática, Coimbra: Universidade de Coimbra